

ADVERSO

Nº 193 - janeiro / fevereiro de 2012

**Impresso
Especial**

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS

ISSN 1980315-X



A standard linear barcode is located in the bottom right corner of the page.



Valorização da educação no Brasil ainda não saiu do discurso

Nações que se desenvolveram investem hoje mais de US\$ 5 mil dólares por aluno ao ano, o equivalente ao quádruplo dos recursos para a área no País. Entre as mais pobres, muitas dobram verbas em dobro ao setor, se comparadas às injetadas pelo governo brasileiro em toda rede de ensino

Páginas 8 a 10



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFCSPA | UFRGS | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**
2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**
2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**
3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**
1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**
2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**
3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Regina Helena van der Laan - Fabico/Ufrgs
Ricardo Schneiders da Silva - Fabico/Ufrgs
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Renato de Oliveira - IFCH/Ufrgs

Edição: Adriana Lampert
Reportagens: Ana Esteves, Marco Aurélio Weissheimer e Michelle Rolante
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Mateus Michaelsen
Ilustração: Mario Guerreiro

Produção e Edição

 **VERDEPERTO**
(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04 EDUCAÇÃO
Flexibilização do currículo do Ensino Médio gera polêmica

06 ARTIGO
Reflexões sobre o cargo de Titular nas Ifes
por Waldir Roque, professor da Ufrgs

07 CAPACITAÇÃO
Ufrgs cria especialização em Ética e Educação em Direitos Humanos

08 REPORTAGEM
Investimento em Educação no Brasil ainda é baixo
por Ana Esteves

11 PING-PONG
Valério Pillar
"Gravidade das ameaças à biodiversidade no Estado é alta em alguns ecossistemas"
por Marco Aurélio Weissheimer

15 EM PAUTA
Solução para crise internacional passa pela inclusão social, diz CDES-RS
por Marco Aurélio Weissheimer

18 VIDA NO CAMPUS
Laboratório de Metalurgia Física da Ufrgs busca se consolidar internacionalmente

21 NOTÍCIAS
22 OBSERVATÓRIO

23 VISÃO SINDICAL
Aposentadoria: os desafios da Previdência dos Servidores pós-2004
por Eduardo Rolim de Oliveira, presidente do Proifes-Federação

26 ESPECIAL
Professores despertam o desejo do saber em sala de aula

28 EM FOCO
Usina do Trabalho do Ator completa duas décadas em maio
por Michelle Rolante

EDITORIAL

Sobre Negociação

A democratização das relações sociais e políticas no País inclui a busca de solução das divergências entre sujeitos através da negociação, deixando de lado a prática autoritária da imposição de um sobre o outro. No atual cenário das organizações sociais, observam-se profundas mudanças nas formas de atuação dos atores na busca de superação das divergências. No entanto, ainda convivem posições anacrônicas que devem ser superadas na medida em que se aprofunda a democracia.

Os sindicatos dos servidores públicos passaram a ser parceiros do estado nesta construção, apresentando propostas e buscando consensos que atendam aos direitos de seus filiados, sem abdicar do direito de crítica e independência em relação com os governos. Os sindicatos a que nos referimos deixaram de ter qualquer ligação com partidos políticos ou com governos, representando exclusivamente os interesses dos trabalhadores de suas bases, além de se associarem às lutas da sociedade pela construção de um novo mundo mais justo e menos desigual.

Nesta nova etapa da vida política nacional, a Adufrgs tornou-se Sindicato, independente e autônomo. E, como parte do sistema federal de ensino superior, aliamo-nos a outros sindicatos de professores de ensino público federal e transformamos o Proifes-Fórum em **Proifes-Federação**.

Nosso Sindicato tem participado intensamente das negociações, defendendo as posições aprovadas pelo conjunto de seus filiados. Em alguns casos, obtivemos importantes vitórias, como a implementação da nova carreira do EBTT e as incorporações das gratificações para todos os professores. Vale destacar as dificuldades que temos enfrentado para dar curso ao processo negocial, iniciado em 2006. Não foram poucas as desculpas do governo para justificar a protelação dos trabalhos em 2011. Após intensas negociações, em dezembro de 2011 ficou definido o mês de março deste ano (2012) como o início da aplicação do acordo assinado entre o Ministério do Planejamento e Gestão e as entidades representativas dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas à reestruturação da carreira do Magistério Superior e a regulamentações pendentes do acordo de 2006, que criou a carreira do EBTT.

Esperamos que o falecimento do secretário do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, senhor Duvanier Paiva Ferreira, não seja agora usado como justificativa para novos agravos. Lamentamos a perda deste negociador que, embora duro e dogmático, possuía grande vivência sindical que lhe dava o entendimento da nossa firmeza em defender nossas posições e conhecia nossas propostas. Sobretudo, tinha o mérito de apostar na negociação como caminho para a superação das dificuldades naturais do processo. Mudanças certamente ocorrerão, mas, com a mesma obstinação que tivemos até agora nas negociações, continuaremos lutando para que tenhamos consolidadas carreiras para o MS e EBTT capazes de atrair novos profissionais competentes e dedicados, garantindo a permanência e os direitos dos atuais, rumo à implementação de um sistema de educação pública superior de qualidade – Universidades e Institutos Federais – essencial à produção de conhecimento e à formação dos quadros necessários ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social do Brasil.

Diretoria Adufrgs-Sindical

Flexibilização do currículo do Ensino Médio gera polêmica

O projeto de lei sobre o Ensino Médio que determina a flexibilização das regras para que alunos do Ensino Superior possam dar aulas em escolas, visando suprir a falta de professores, está causando polêmica entre representantes do setor.

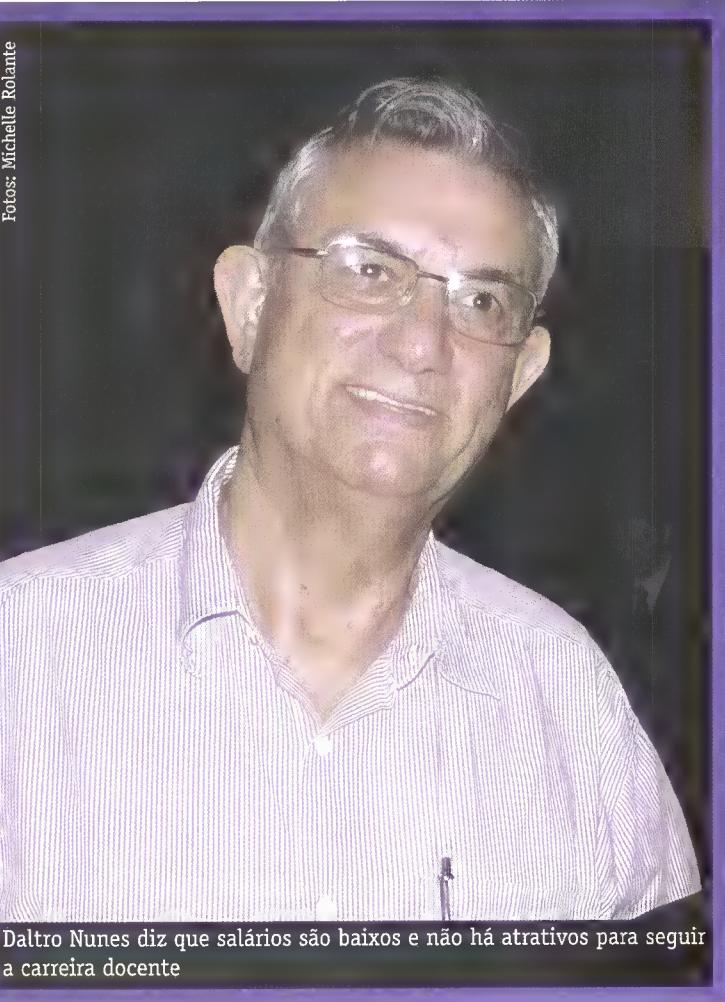
Para o diretor da Adufrgs e professor do Departamento de Informática Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Daltro José Nunes, mais uma vez os governantes estão tentando resolver o problema atacando o efeito e não a causa. "A real dificuldade é que faltam professores, porque os salários são muito baixos e não há atrativo para seguir a carreira de docente", argumenta. Nunes acredita que contratar alunos da educação superior para dar aulas na educação básica seria um paliativo, uma emergência, mas não resolveria o problema

a médio e longo prazo. "Além disso, tenho dúvidas sobre a qualidade destes professores, que trabalhariam sem didática, sem ter realizado estágios e sem conhecimentos pedagógicos. Pode ser que estes professores saibam o que ensinar, mas não saibam como ensinar."

Nunes também considera difícil que alunos do último ano de cursos como Medicina, Engenharia e Computação tenham interesse em dar aulas na educação básica. "O aluno, no último ano, já está pensando na sua vida profissional, fazendo os últimos estágios, pesquisando para o seu trabalho de conclusão de curso. Sua cabeça está toda voltada para a busca de um emprego relacionado com o curso que fez na universidade e não para a docência", opina. O professor qualifica como fraca a formação de docentes no Brasil, em comparativo com os métodos utilizados em outros países, como os Estados Unidos. "No exterior, primeiro tem-se que fazer um bacharelado, e depois, um curso de pós-graduação nos aspectos pedagógicos. Assim, fica garantido que o professor sabe "o que ensinar" e "como" ensinar. Um docente pode levar entre cinco e seis anos para ser formado. Já no Brasil, os cursos de licenciatura têm uma duração mínima de três anos", compara.

Um dos parlamentares envolvidos na elaboração do projeto sobre o Ensino Médio, o ex-presidente da comissão especial destinada a analisar a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) e atual ministro do Turismo, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), defende as alterações no currículo do Ensino Médio, argumentando que "há exigências demais para os professores". Atualmente, uma pessoa interessada em iniciar a carreira docente deve, em regra, concluir um curso de licenciatura. Pela proposta, os estudantes de faculdades teriam a opção de dar aulas remuneradas em regime de contratação temporária. "Esse discurso - de que não se tem professor de Química, Física, Matemática - é antigo, e ninguém resolve. Talvez porque estejamos sendo rígidos demais nas exigências para esses docentes", diz o parlamentar. O projeto de lei determina ainda a redução do currículo obrigatório e a garantia de espaço para a ampliação da oferta do ensino profissionalizante. O deputado acredita que a oferta de trabalho temporário deve atrair muitos alunos: "Imagine um estudante de Medicina, que tem um gasto grande com

Fotos: Michelle Rolante



Daltro Nunes diz que salários são baixos e não há atrativos para seguir a carreira docente

livros e materiais didáticos e que não recebe bolsa de estudos. É claro que ele vai querer dar aula de Biologia, por exemplo. Depois, se quiser continuar sua carreira, o fará normalmente."

Na opinião do professor do Departamento de Expressão e Movimento do Colégio de Aplicação da Ufrgs, João Vicente Silva Souza, a possibilidade de suprir carência de corpo docente colocando estudantes do Ensino Superior para ministrar aulas em escolas, apenas contribui para agravar o problema. "Se a carência de professores de determinadas áreas se dá, basicamente, pela desvalorização salarial da atividade - haja vista que o piso nacional para o magistério não é cumprido em muitos estados brasileiros - preencher esta lacuna com pessoas sem licenciatura, ao invés de tornar a profissão atrativa, afunda ainda mais a docência, já tão desvalorizada e desgastada", adverte.

Para o especialista, o deputado Gastão Vieira sugere a institucionalização do "bico" nas escolas (principalmente as públicas), ao defender a possibilidade de que um estudante de Medicina, que não tenha bolsa de estudos, dê aulas de Biologia para pagar os custos de seu curso. "As escolas são locais onde mais se precisa de profissionais qualificados, caso se queira que nosso país possa gerar um crescimento socioeconômico equilibrado, inclusivo e sustentável, a curto e médio prazos." Souza vai além e defende que a profissão de professor não deve ser encarada como um emprego temporário do tipo "darei aulas enquanto não aparecer algo melhor". Mas, sim, deve ser uma carreira efetivamente promissora, atrativa, valorizada, empregando profissionais qualificados e bem preparados. O docente argumenta que não se pode aceitar o discurso que diz que "enquanto não se resolve o problema se procura contorná-lo", no caso, contratando qualquer pessoa que esteja desempregada para dar aulas, a despeito das potencialidades e vocação que possa ter para ensinar. "O que falo é sobre o desrespeito de uma lei em relação a quem optou pelo magistério como sua profissão e se preparou anos para isso. Contraria tudo o que a sociedade civil batalhou, nas últimas décadas, para que a valorização da educação se transformasse em uma lei (LDB), que estará prestes a ser desvirtuada, caso este PL seja levado a termo."

Estado tem alternativa inédita para o problema

Uma iniciativa do governo do Estado intitulada Pacto Gaúcho Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica, seria uma alternativa justamente no sentido oposto da proposta de flexibilização estudada pelo governo Federal, buscando fomentar e qualificar o trabalho do professor. Trata-se de uma ação inédita baseada na organização de uma rede entre as diversas instituições de ensino e pesquisa, a fim de promover o conhecimento, incentivar a pesquisa, a qualificação profissional, técnica e tecnológica e a formação de professores. A ideia é que a rede



Souza adverte: "Suprir carência de professores colocando estudantes do Ensino Superior para ministrar aulas em escolas, apenas contribui para agravar o problema"

seja formada por representantes do governo estadual, de instituições de ensino superior e centros de pesquisa e que desenvolva uma série de ações para suprir carências de mão de obra e aperfeiçoar a formação de docentes até 2015. "Para isso, um grupo trabalha na articulação da sociedade e no mapeamento das demandas prioritárias em áreas estratégicas, buscando alternativas que contemplam as comunidades mais necessitadas", informa o secretário da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), Cleber Prodanov. Segundo ele, com a medida, devem ser superados gargalos, especialmente do Ensino Médio, com implementação de novas instituições técnicas e a melhoria do sistema de ensino profissionalizante do Estado.

O secretário acrescenta ainda que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) também se trata de uma alternativa viável. Através dele, o governo do Estado pretende oferecer - já em 2012 - 43 mil vagas, não só para a formação inicial continuada, mas também para a profissionalizante. As vagas serão destinadas a regiões priorizadas, sendo que 91% dos novos investimentos no Estado serão destinados para as regiões Sul, Fronteira Oeste, Vale do Rio dos Sinos e Metropolitana. Em novembro de 2011, a liberação de R\$ 807.312,00 financiou os projetos de três escolas técnicas e profissionalizantes do Rio Grande do Sul: Colégio Estadual Protásio Alves, Escola Técnica Estadual Parobé, ambas de Porto Alegre, e a Fundação Escola Técnica Liberato Salsano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo. □

Reflexões sobre o cargo de titular nas Ifes

por **Waldir Roque**, professor do Instituto de Matemática da Ufrgs

O governo federal, representado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e com participação secundária do Ministério da Educação, vem discutindo uma proposta de reestruturação da carreira do Magistério Superior Federal e do cargo de Professor Titular. Mais uma vez, a proposta é um arremedo balizado por questões puramente orçamentárias, e não a construção de uma nova ordem, buscando algo moderno e estratégico para a nação. Vários aspectos da proposta merecem uma discussão profunda e detalhada, entretanto, um deles coloco à reflexão.

A carreira docente é, atualmente, composta pelos cargos de Professor do Magistério Superior Federal e de Professor Titular. O primeiro é formado pelas classes Auxiliar, Assistente, Adjunto e Associado. Esta última, introduzida também por questões orçamentárias, em 2006. Cada classe é composta por quatro níveis. A progressão entre níveis requer um interstício mínimo de dois anos e critérios de avaliação de desempenho. O cargo de Professor Titular é um cargo isolado, apenas alcançado por concurso público. Esse cargo depende de cotas de vagas estabelecidas pelo Governo e isso é um fator limitante para se alcançar o cargo de Professor Titular.

Na proposta apresentada pelo MPOG, o magistério superior deve continuar a ser composto por estes dois cargos. Mas, por qual motivo o cargo de Professor Titular deve ser isolado? De fato, não há uma razão relevante, apenas argumentos frágeis que não justificam a necessidade de cargo isolado. O argumento de que este facilita a vinda de pesquisadores de excelência estrangeiros é completamente falso, pois isso não tem ocorrido no País e não deverá acontecer no futuro. Mesmo que brasileiros ou estrangeiros de alto nível queiram vir trabalhar nas Ifes do Brasil, o ingresso poderá ser efetuado em alguma classe e nível de uma carreira única. A excepcionalidade não pode pautar o estabelecimento de uma política de carreira.

O acesso ao cargo de Titular por concurso público não contempla o esperado de um Professor Titular. Muito mais do que um cargo, devemos ter uma posição de Professor

Titular, pois essa deve ser um prêmio, um coroamento por anos de dedicação ao mundo acadêmico e científico, uma espécie de honraria pelas contribuições geradas ao longo da vida profissional, tanto na formação de recursos humanos através do ensino, da pesquisa, da transferência de conhecimento e tecnologia à sociedade, quanto na elaboração de políticas para o desenvolvimento institucional, etc.

O concurso público promove a ascensão de uns e não de todos que teriam as mesmas ou, às vezes, melhores condições de alcançar a posição. Por não se tratar de uma classe em uma carreira única, os concursos têm mais chances de serem tendenciosos, no sentido de beneficiar algumas áreas nas unidades onde há um grupo mais forte academicamente e/ou politicamente. Com isso nem sempre se oferece as mesmas condições aos docentes de alto nível para chegarem à posição de Professor Titular. Além do número reduzido de vagas, há, ainda, este fator exógeno que vai além do mérito para se alcançar a posição de Titular. Como cargo isolado, o mesmo é “discriminatório”, uma vez que não promove chances iguais aos docentes. Como parte de uma carreira docente única haveria universalização de oportunidades.

O cargo de Professor Titular não estabelece prerrogativas ou atribuições especiais. Essa é mais uma razão para que não seja isolado, e sim parte de uma carreira única. Considerando que a posição de Titular, tanto nos moldes atuais, como em uma carreira única, poderá ter restrições impostas pelo número de vagas disponíveis, é fundamental que a remuneração de um docente no nível de Associado IV seja igual a de um docente no cargo de Titular. Em uma carreira única, o critério de promoção ao nível de Titular deve ter um conjunto mínimo de exigências de produtividade e atuação como Associado IV, que seja comum a todas as Ifes, além de mecanismos de avaliação de desempenho do Professor Titular. Não é admissível que, apenas por falta de vagas, um Professor Associado IV esteja compelido a permanecer por vários anos, ou mesmo até a sua aposentadoria, de forma atuante com uma remuneração diferenciada de um Titular.

Ufrgs cria especialização em Ética e Educação em Direitos Humanos

Produzir, articular, socializar, compartilhar, ampliar e divulgar saberes sobre direitos humanos, ética e educação, em relação dialógica, interdisciplinar e transdisciplinar com as diversas áreas do conhecimento e de formação dos estudantes. Esses são alguns dos objetivos do novo curso de especialização em Ética e Educação em Direitos Humanos (Lato Sensu), que a Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) irá oferecer em 2012. Na primeira edição, serão abertas 50 vagas gratuitas. Segundo a coordenadora acadêmica, Giancarla Brunetto, as inscrições e a seleção dos alunos serão feitas no período entre janeiro e fevereiro.

Giancarla observa que o curso inova ao ser o primeiro oferecido pela Universidade nessa perspectiva inter e transdisciplinar. Serão envolvidos 29 ministrantes, entre professores das faculdades de Educação e de Direito, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e especialistas em Direitos Humanos de diversas instituições que atuam na Ufrgs, na Capital e em todo Estado. São pessoas vinculadas ao projeto itinerante Liga dos Direitos Humanos – da Faced –, entre elas promotores de Justiça, defensores públicos, juízes, procuradores, assistentes sociais, policiais civis e militares e representantes de instituições de defesa dos direitos humanos, além de professores da Univille, de Santa Catarina, e da Unesp, de Bauru (SP).

A coordenação geral do curso é do professor-doutor Luiz Carlos Bombassaro, da Faced, que formatou a pós-graduação a partir do trabalho desenvolvido pelo projeto itinerante da Liga dos Direitos Humanos, desde 2009. “Esse grupo capacita pessoas para atuar na defesa dos direitos humanos em diversos municípios gaúchos e, agora, atuará como docente da formação”, explica Giancarla.

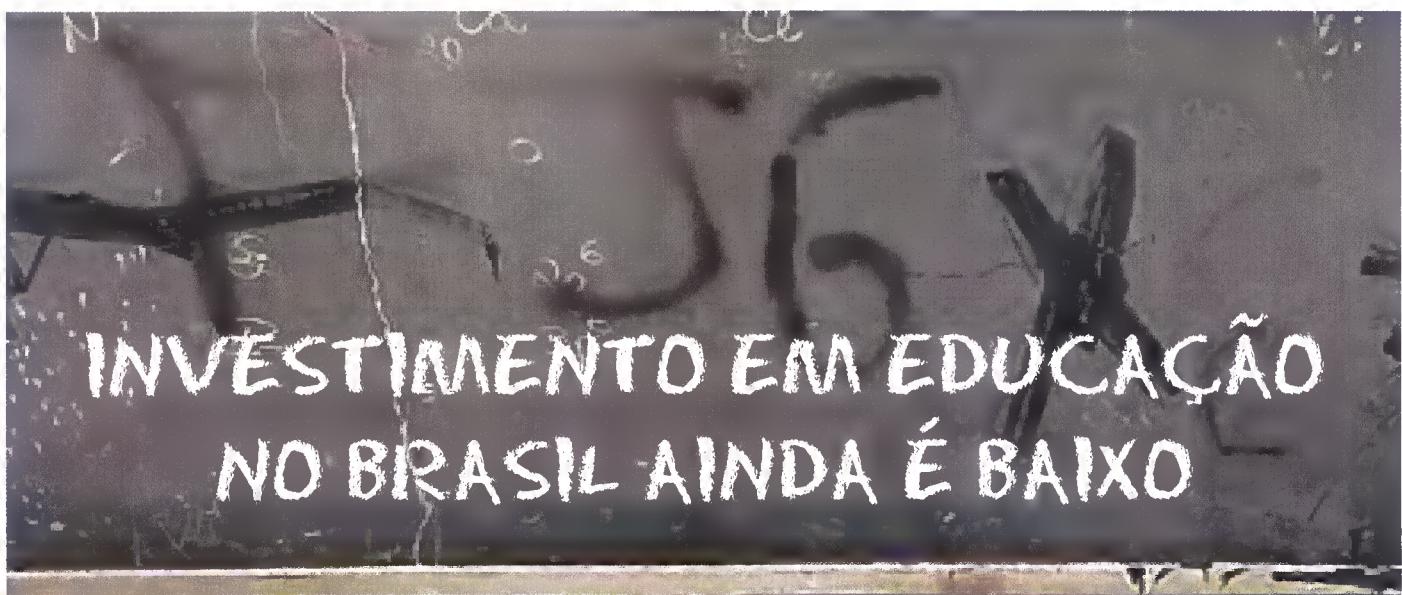
O curso tem como objetivo central a qualificação de defensores dos direitos humanos através da promoção de uma cultura de paz e dos direitos fundamentais e sociais, estimulando a atuação dos mesmos como pesquisadores e multiplicadores de ações difusoras de cidadania. Outro ponto central é motivar ações que coibam as violações institucionais e as múltiplas formas de discriminação. Dirigido a graduados e pós-graduados dos cursos de Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e de outras áreas que manifestam interesse no tema, o curso pretende suprir a

demandas existentes no Rio Grande do Sul, onde há registros de crescente interesse, por parte de docentes e de profissionais graduados em várias áreas do conhecimento.

De outra parte, a coordenadora aponta que instituições de ensino, sociais, comunitárias, governamentais, do terceiro setor, públicas e privadas também têm necessidade de contar com profissionais capacitados a atuar como multiplicadores de direitos humanos em suas áreas de trabalho.

O curso será realizado no período de março de 2012 a janeiro de 2013 no prédio da Faced, na avenida Paulo Gama, 110, Campus Centro. As aulas ocorrerão aos sábados - pela manhã, das 7h30min às 11h40min, e à tarde, das 13h30min às 17h40min - totalizando 360 horas-aula. As disciplinas serão desenvolvidas em três módulos: Ética e Educação, Diversidade e Violência Institucional, Cidadania e Acesso à Justiça. Além das aulas expositivas e dialogadas, serão promovidas leituras e interpretação de textos, estudos em grupos e individuais, relatos de vivências, estudos de casos, exibições comentadas de filmes, seminários, debates, visitas a instituições, expedições de campo, produções textuais e apresentação de um trabalho de conclusão de curso. ☐





Recursos federais são de apenas US\$ 959,00 por pessoa em idade escolar ao ano, muito menos que outros países em desenvolvimento injetam em suas áreas educacionais

por Ana Esteves

O governo federal tem repetido que a educação é prioridade no País. Garantir o acesso com qualidade "da creche à pós-graduação" já virou até bordão. A presidente Dilma Rousseff, em entrevista no início do ano ao programa semanal de rádio produzido pelo governo, reafirmou a importância de dar prioridade à educação. "Nada é mais importante do que a educação quando se trata de distribuição de renda e de garantia de futuro", destacou.

É verdade que houve avanços quanto à valorização e à qualificação da educação brasileira, mas o professor Lúcio Vieira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IF-RS) - Campus Porto Alegre, ressalta que é preciso investir mais.

"Há que se reconhecer que desde o final da década de 1990 e, principalmente, nesta virada de século, tem sido recorrente a discussão sobre a qualidade e, portanto, sobre a necessidade de maiores investimentos em educação. Se o debate é necessário e urgente, temos que definir que ações serão adotadas para superar esta situação. Isto significa reorientar os gastos públicos", sustenta o professor, que também é diretor da Adufrgs.

Ainda que esforços estejam sendo feitos para melhorar a educação brasileira, os investimentos do governo são insuficientes para alcançar uma situação confortável no cenário mundial. Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Brasil investe US\$ 959,00 por pessoa em idade escolar ao ano.

O montante é bastante inferior se comparado ao destinado por países desenvolvidos, como Noruega (US\$

15.578,00) e França (US\$ 7.884,00). Cuba investe anualmente US\$ 3.322,00 por aluno. Mas o que surpreende é o valor injetado por Botsuana na área da educação: US\$ 2.203,00 por cada estudante. O país do continente africano é considerado em desenvolvimento, assim como o Brasil, mas investe mais do que o dobro do que os US\$ 959,00 aplicados pelo governo brasileiro.

"Quando se fala em educação, se tenta passar uma ideia de consenso, de que é prioridade e ponto. Se fosse assim, rapidamente tiraríamos recursos de outras áreas para destinar à educação. A prioridade existe no discurso e até o momento de colocar a mão no bolso", afirma o professor Juca Gil, da Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs e especialista em financiamento educacional.

Para 2012, o Ministério da Educação (MEC) promete aumentar o valor, fixando o investimento anual mínimo por aluno da rede pública em R\$ 2.096,68 - equivalente a US\$ 1.171,00, o que representa um incremento de US\$ 212,00 ou 22% em relação aos US\$ 959,00.

O valor projetado se refere aos estudantes dos primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e serve como base para calcular quanto as redes de ensino (municipal e estadual) irão aplicar para custear as matrículas de cada etapa da educação básica - creche, pré-escola, ensino fundamental e médio.

O montante é calculado com base na estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições que compõem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os estados que não atingem o valor mínimo por aluno recebem complementação da União.

Segundo o MEC, em 2012, nove receberão os recursos do governo federal: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

De acordo com as estimativas calculadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do MEC responsável pelo Fundeb, o estado que terá em 2012 o maior investimento por aluno será Roraima: R\$ 3.531,27. Em seguida aparecem São Paulo (R\$ 3.192,81), Rio Grande do Sul (R\$ 2.913,05), Amapá (R\$ 2.871,54) e Espírito Santo (R\$ 2.831,67).

Mesmo que a projeção do MEC seja mais otimista do que no ano passado, é importante ressaltar que eventuais ajustes orçamentários podem ser feitos ao longo de 2012, a exemplo do que ocorreu no exercício anterior.

No início de 2011, o governo federal anunciou um corte de R\$ 3,1 bilhões no orçamento do MEC. A pasta da educação foi a que sofreu o terceiro maior prejuízo do contingenciamento feito pelo governo, ficando atrás apenas do Ministério da Defesa, com menos R\$ 4,38 bilhões, e do Ministério das Cidades, que teve redução de R\$ 8,58 bilhões.

Em 2010, a educação também perdeu recursos, dessa vez penalizada com o maior corte dos ministérios. Com o ajuste do governo federal, o orçamento do MEC diminuiu R\$ 2,34 bilhões em relação aos valores aprovados pelo Congresso Nacional.



A previsão orçamentária para 2012 é de R\$ 72,3 bilhões para o Ministério da Educação, um aumento de R\$ 6,2 bilhões (9,4%) em relação ao montante que foi destinado para o setor em 2011. Os programas Educação Básica; Educação Superior - graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão -; e Educação Profissional e Tecnológica serão contemplados com quase 58% das dotações do Ministério, somando R\$ 41,7 bilhões.

Especialistas em educação defendem que os investimentos no setor não são apenas uma questão de disponibilidade de recursos, mas de prioridade de governo. Em 2011, por exemplo, quase a metade do orçamento federal estava comprometida com o pagamento de juros da dívida pública: 49,15%. Já a fatia destinada para a educação ficou em apenas 2,92%.

Seria utópico imaginar uma nova equação orçamentária? "É utópico do ponto de vista político, mas, do ponto de vista prático, é simples", opina o professor Juca Gil. Ele lembra que a discussão mais tradicional sobre a inversão de prioridades está relacionada ao pagamento das dívidas, tanto externa quanto interna. "Pagando menos de

dívida externa, destinando parte para a educação, saúde e políticas sociais, haveria um resultado bastante grande a médio e longo prazo. Para isso, seria necessário fazer uma disputa internacional, mas não me parece que o governo esteja disposto a isso", avalia o professor da Faced.

Outra possibilidade seria reequilibrar os gastos internamente, o que também provocaria desgastes ao governo. "Teria de se disputar com outras áreas, como as Forças Armadas. O Uruguai, por exemplo, não tem Forças Armadas. O Brasil poderia reequacionar as nossas Forças Armadas e gastar menos com elas, mas isso sempre gera disputas."

O professor Lúcio Vieira reforça que o governo precisa colocar na prática o discurso de valorização da educação. "Países que se desenvolveram investem hoje mais de US\$ 5 mil dólares por aluno ao ano. Outros mais pobres que o Brasil já investem mais do que nós. As condições gerais desses países podem ser muito piores do que as nossas, mas foi a opção que fizeram para superar esta situação. O Brasil demorou muito para perceber a importância da educação para o seu desenvolvimento social e econômico e, por consequência, o próprio desenvolvimento político ficou limitado", observa.

País tem 10 milhões de analfabetos

Um dos parâmetros utilizados para dimensionar a importância que o governo dá a educação é o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) - relacionado à produção de riquezas do País - investido no setor. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Educação, em 2010 foram destinados para a área, incluindo o setor privado, 4,6% do PIB. Valores que, conforme análise da Unesco, seriam menores ainda: apenas 4%.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que está tramitando no Congresso Nacional e com possível votação em março, prevê a meta de 7% do PIB apenas em 2020. As entidades e movimentos ligados à educação defendem que o índice seja de 10%, mas a resistência do governo federal é grande. O relator da matéria, deputado federal Angelo Vanhoni (PT-PR) fixou uma meta intermediária, de 8%. No entanto, nesse índice estão incluídos gastos indiretos, o que na prática mantém os 7% defendidos pelo governo.

"Se depender de base governista ou do Ministério da Educação, isso não vai avançar. Mesmo o MEC dizendo que é preciso investir em ensino, não irá abrir uma disputa aberta em relação a isso. Quem tem que disputar são os sindicatos e as entidades. A discussão no Congresso Nacional vai depender em grande parte da pressão popular", avalia o professor Juca Gil, da Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs e especialista em financiamento educacional.

O professor faz uma ressalva quanto à vinculação dos

investimentos em educação ao desempenho do PIB. "A economia pode começar a crescer no ritmo que o governo projeta, destinando mais dinheiro para a educação, mas o inverso também pode acontecer."

Sobre a discrepância entre os índices divulgados pelo MEC e pela Unesco em relação ao percentual do PIB investido em educação, Juca Gil observa que o Brasil, ao contrário de outros países, utiliza historicamente uma contabilidade diferente do que foi estipulado internacionalmente.

"O governo incluiu no cálculo os aposentados, que deveriam ser tratados como gastos na área de previdência, e também serviços que estão ligados à educação. O maior exemplo são os hospitais universitários. Não se pode dizer que o custo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre é com educação. Apenas uma parte pequena é educação, a maioria é saúde. Por isso, a diferença entre os dados divulgados internamente e os dos organismos internacionais", pondera Juca Gil.

Para o professor Lúcio Vieira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IF-RS) - Campus Porto Alegre, o principal problema não é o índice, 4% ou 4,6%. "Se o PIB fosse grande, estes índices seriam suficientes. A questão é que o Brasil continua aplicando pouco em educação por aluno ao ano."

A observação é compartilhada por Juca Gil. "Investir

10% do PIB em educação não diz muita coisa. Se um país pobre destinar 10% do PIB, terá uma educação miserável. Ao contrário, se o parâmetro for a Suíça, vai ter folha de dólar para secar as mãos nos banheiros das escolas. Ou os professores vão ser ricos e ter iate ou jatinho. A comparação direta do percentual do PIB em países diferentes gera distorções", adverte.

O professor da Faced menciona a Argentina, que universalizou o acesso ao Ensino Médio há mais de 50 anos e não tem analfabetos. "O Brasil é um carro com uma lomba bem grande pela frente. Temos que engatar a primeira e a segunda e acelerar. A Argentina tem pela frente uma reta ou uma descida, porque a população está diminuindo e todos estão alfabetizados e dentro da escola. O carro deles pode, inclusive, ficar na banquela", brinca Juca Gil.

O professor Lúcio Vieira destaca ainda que a Educação Básica é o segmento que enfrenta as maiores dificuldades no Brasil. "A tragédia está na Educação Básica, que atende 50 milhões de jovens em um exitoso programa de universalização do acesso, que vem se construindo desde a década de 1970, mas que não consegue superar as dificuldades da qualidade desse ensino", argumenta o professor do IF-RS.

Vieira aponta ainda que o Brasil gasta muito mais em pensões e aposentadorias do que em educação das crianças e jovens. "Isto é temerário. Não se trata de abandonar os pensionistas e aposentados, mas de reorganizar as contas públicas, restabelecer metas e prioridades. Existem setores da economia, como o setor financeiro, que continuam ganhando muito, e muito pouco têm sido chamados para ajudar na solução desta equação. Apostar na educação é apostar no futuro, mas também no presente", enfatiza Lúcio Vieira.

E os dados do presente confirmam essa necessidade, conforme acrescenta o professor Juca Gil. "O Brasil é um país com 10 milhões de analfabetos, a população em idade escolar enfrenta problemas graves de ensino, a educação infantil ainda é frágil, com cobertura baixíssima - de 0 a 3 anos cerca de 30% e de 4 e 5 anos em torno de 50% a 60%. Temos também que construir escolas, formar professores, pagar pessoal, material. Há ainda a obrigatoriedade da abrangência de jovens até 17 anos, em fase de implementação. Isso demanda um gasto muito grande para aperfeiçoar o sistema educacional brasileiro."

Para vencer esses desafios, ressalta o professor Lúcio Vieira, é preciso haver uma mudança nas políticas públicas de investimento na educação para melhorar a formação dos professores, garantir escolas organizadas, limpas, equipadas e modernas, e desenvolver programas de permanência do aluno na escola e de acompanhamento para superar a distorção série/idade. Caso contrário, "podemos dentro de uma década ter muito pouco para comemorar", adverte. ☰



Entre os vários problemas na educação, o ensino infantil é frágil, e há falta de professores, de escolas, de materiais e de manutenção dos equipamentos





Valério Pillar

“Gravidade das ameaças à biodiversidade no Estado é alta em alguns ecossistemas”

A falta de um conhecimento mais abrangente sobre a diversidade biológica do Estado e a desagregação das informações existentes têm sido obstáculos à formulação e à implementação de estratégias mais efetivas de conservação e uso da biodiversidade, bem como têm limitado a capacidade do governo estadual e da sociedade em responder de forma rápida e adequada aos desafios relacionados à proteção e utilização dos recursos naturais, às mudanças de uso da terra e aos impactos ambientais associados. Esse diagnóstico levou um grupo de pesquisadores do Rio Grande do Sul a elaborar o projeto Biota Fapergs, uma das principais iniciativas científicas do Estado nos últimos anos. A ideia é construir um programa permanente de pesquisa capaz de aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade do Rio Grande do Sul, que se encontra ameaçada em várias regiões.

Em entrevista à revista Adverso, Valério Pillar, professor titular do Departamento de Ecologia da Ufrgs e coordenador do Comitê Gestor do projeto, fala sobre os objetivos do mesmo e sobre a situação atual dos estudos sobre a biodiversidade no Estado. O Rio Grande do Sul tem hoje apenas 0,7% do território em áreas protegidas, em unidades de conservação, quando o compromisso do País é de ter 10%. No Bioma Pampa, esse índice é ainda menor. O Brasil, cabe lembrar, é o país de maior diversidade biológica no mundo, abrigando de 15% a 25% de todas as espécies do planeta. O Rio Grande do Sul detém uma parcela expressiva dessa imensa diversidade biológica.

Não é evidente o motivo e a importância de conservar a biodiversidade, diz Pillar. “Até o nosso ex-presidente fez declarações lamentáveis a respeito do sapo, do bagre, dando a entender que uma represa não seria construída ‘apenas’ em função de uma espécie de peixe. Não é ‘apenas’. O impacto da represa pode causar, além da extinção do bagre, a extinção de outras espécies. Esse impacto nunca se resume a uma espécie particular. E afeta todo um ecossistema”, avverte o professor da Ufrgs. ☎

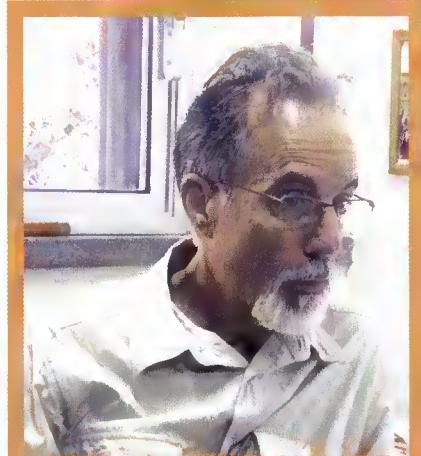
por Marco Aurélio Weissheimer

Adverso: Qual a origem e os objetivos do Biota Fapergs?

Pillar: Em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, organizamos uma série de encontros em um processo que denominamos Fronteiras da Biodiversidade. Neste evento, foi apontada a necessidade de tomarmos algumas iniciativas para saber em que pé nós estamos a respeito do conhecimento da biodiversidade no Rio Grande do Sul. Foi aí que surgiu o projeto. Ainda em 2010, nós reunimos um grupo e fizemos um workshop junto com a Fapergs para discutir esse programa. A ideia geral que embalou a formatação do projeto é que falta uma iniciativa de governo para o financiamento de pesquisa sobre biodiversidade, um programa permanente da Fapergs que apoie a pesquisa nesta área, onde há um número significativo de pesquisadores no Estado.

Adverso: Quantos são aproximadamente?

Pillar: Um levantamento recente chega a 335 pesquisadores, entre os de instituições públicas e privadas, envolvidos com a produção de conhecimento sobre a biodiversidade no Estado. Ao todo, são 58 institutos de pesquisa no Rio Grande do Sul. Comparando com outros estados, estamos bem em número de profissionais. Mas falta apoio financeiro. Eu coordeno um projeto, o Sisbiota, que é uma rede de pesquisa envolvendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, um programa federal financiado pelo CNPQ, pela Capes e pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa destes estados. Neste projeto, temos 25 pesquisadores com bolsas. Os temas gerais do programa são os campos sulinos e os ecossistemas associados a eles, que são o bioma Pampa e os campos que ocorrem na Mata Atlântica. O público leigo, em geral, dá pouca importância a essas áreas



"O número de espécies nos campos tem a ver com a expansão de ecossistemas nos últimos milhões de anos"

e acha que biodiversidade só existe na floresta.

Adverso: Há pessoas que acreditam que o Pampa é o lugar onde há muito gado pastando...

Pillar: É, isso. Chama a atenção como as plantas não têm o mesmo prestígio. Se formos olhar, em termos de bioversidade, só nos campos são 2.600 espécies de plantas... Então, voltando ao Biota, nós elaboramos um documento-base, onde justificamos para a Fapergs a importância de termos um programa permanente de pesquisa nesta área. Esse documento destaca a decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia que, reconhecendo a importância estratégica da ampliação do conhecimento sobre biodiversidade para o desenvolvimento do País, incluiu o tema como uma das áreas prioritárias para o fortalecimento das atividades de pesquisa no Plano de Ação de Ciência Tecnologia e Inovação, no período entre 2007 e 2010. Como consequência dessa decisão, diversos programas nacionais de fomento à pesquisa sobre biodiversidade foram criados ou ampliados como o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), o Programa de

Capacitação em Taxonomia (Protax) e o Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade (Sisbiota Brasil), este último inspirado na experiência do Programa Biota-Fapesp.

O documento lembra ainda que o Brasil assumiu compromissos de redução da perda de biodiversidade, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esse compromisso desencadeou, em nível federal, uma série de instrumentos destinados a promover, conservar e praticar o uso sustentável da biodiversidade brasileira. Esses instrumentos incluem o Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio), a Agenda 21 Nacional, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), entre outros.

O nosso projeto acabou sendo aprovado em 2010 pela Fapergs. Mas ainda não temos recursos. Isso não quer dizer que a Fundação não esteja apoiando pesquisa em biodiversidade. A Fapergs participou do edital do Sisbiota e apoia no Rio Grande do Sul os dois projetos que fizeram parte desse edital nacional.

Adverso: O Biota, na verdade, não é apenas um projeto, mas um guarda-chuva de projetos. É isso?

Pillar: Exatamente. A nossa ideia é ter uma linha permanente de pesquisa, assim que tivermos recursos. Abrir editais específicos envolvendo áreas do Estado que tenham grupos da flora e da fauna pouco conhecidos, realizando pesquisas sobre aspectos da biodiversidade que não sejam bem conhecidos ou nada conhecidos. Será dada ênfase em iniciativas que busquem integrar esforços de pesquisa no Estado. O documento-base que embasou nossa justificativa para a Fapergs define cinco objetivos centrais para o programa: o primeiro é

compreender processos geradores, mantenedores e impactantes da biodiversidade. Ou seja, o que produz biodiversidade? Por que os campos do Rio Grande do Sul têm tantas espécies? Nós já sabemos alguma coisa a respeito. Estudos de pólen e de partículas de carvão indicam que os campos são ecossistemas primitivos, que já existiam aqui antes mesmo da expansão das florestas nos últimos quatro mil anos. Então, são ecossistemas que evoluíram nos últimos milhões de anos. O número de espécies que encontramos nestas áreas tem a ver com essa história evolutiva. Não são espécies que migraram para cá nos últimos milhares de anos. Nós sabemos hoje, por exemplo, que a espécie de cavalo que se extinguiu nesta região há milhares de anos é a mesma espécie que foi domesticada na Ásia. Em algum momento, essa espécie foi dali para a Ásia. Fósseis dessa espécie de cavalo foram encontrados por Darwin onde hoje é a província de Santa Fé. Isso mostra que esse ecossistema campestre é muito antigo. Queremos estudar também o que acontece com essas espécies quando os ecossistemas são transformados pelas atividades humanas, especialmente lavoura e silvicultura no caso mais recente no Rio Grande do Sul.

Outro objetivo é ampliar a capacidade de organizações públicas e privadas de pesquisar, gerenciar, monitorar e utilizar a biodiversidade. A ideia é que tenhamos esse conhecimento integrado, que não seja um conhecimento fragmentado entre diversos núcleos de pesquisa. Também queremos ampliar o esforço de conservação da biodiversidade, identificando áreas e componentes prioritários que estejam mais vulneráveis à extinção, pois há uma lista de espécies ameaçadas. Precisamos saber onde elas estão e quais são os ecossistemas que devem ser protegidos. Essa lista está sendo atu-



"O importante é protegermos a diversidade de ecossistemas. Assim, estaremos protegendo toda a biodiversidade"

alizada hoje no Estado, tanto para a flora quanto para a fauna. É importante observar que, quando falamos de extinção, estamos falando de espécies conhecidas. Mas há as desconhecidas que também podem estar sob a mesma ameaça. Há alguns pesquisadores que sustentam que, no ritmo em que estamos descrevendo a biodiversidade, não será possível descrevê-la, pois levaríamos mil anos para realizar essa tarefa. Mas a conservação da biodiversidade não exige, necessariamente, que se conheça todas as espécies que ocorrem em um determinado ecossistema. O importante é protegermos a diversidade de ecossistemas. Ao fazermos isso, estaremos protegendo toda a biodiversidade.

Promover a disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade também é importante. Difundir, por exemplo, a informação de que os nossos campos são ecossistemas originários, que não foram produzidos pelo desmatamento ou pela pecuária. Essa disseminação do conhecimento é fundamental para a conservação dos campos, das dunas, dos banhados, por menos atraentes que sejam aos olhos do público leigo. Há uma rede de interações. As espécies

de animais dependem de alimentos produzidos pelas plantas. E essas interações, muitas vezes, são muito específicas. No momento em que se extingue uma determinada espécie de planta, os animais que a utilizam como recurso, se não se adaptarem, podem ser extintos também. Há uma cadeia de interações...

Por último, promover a formação de recursos humanos qualificados para atuar na pesquisa e na gestão da biodiversidade é fundamental.

Adverso: A cadeia de interações, mencionada acima, significa que nenhuma extinção se encerra em si mesma...

Pillar: Exatamente, ela produz outras extinções e pode produzir a nossa extinção também, pois dependemos de toda essa cadeia de interações. As pessoas, em geral, não percebem isso. Não é evidente o motivo pelo qual é importante conservar a biodiversidade. Até o nosso ex-presidente fez declarações lamentáveis a respeito do sapo, do bagre, dando a entender que uma represa não seria construída 'apenas' em função de uma espécie de peixe. Não é 'apenas'. O impacto da represa pode causar, além da extinção do bagre, a extinção de outras espécies. Esse impacto nunca se resume a uma espécie particular.

Adverso: Essa manifestação do ex-presidente Lula, na verdade, não expressa e reforça o senso comum que predomina sobre esse tema? Muito se fala de biodiversidade, mas pouco se comprehende. Como você definiria a biodiversidade para um leigo?

Pillar: É a variação que há em formas de vidas, que se distinguem em espécies de plantas, de animais, de microorganismos. Agora, dentro de uma mesma espécie, nós temos diversidade. Eu não sou idêntico a ti. Nós encontramos diversidade em

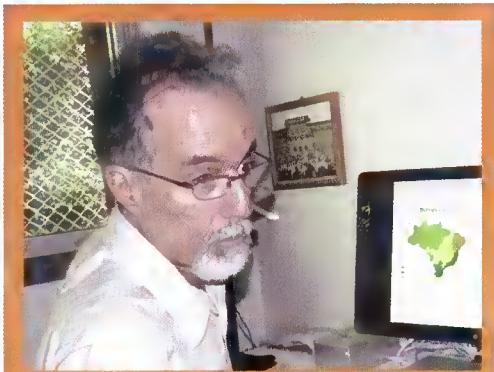
vários níveis de análise. Nós encontramos diversidade genética dentro de uma mesma população, dentro de uma mesma família. É essa variação que permite a exploração de diferentes habitats, de diferentes recursos por essas espécies. Temos plantas de sombra, plantas de luz, plantas que se adaptam melhor a ambientes aquáticos, plantas que preferem ambiente seco. Temos animais que se adaptam a florestas, mas que não conseguem sobreviver em um ambiente mais aberto. Isso é variação, isso é biodiversidade. Espécies de campo precisam de luz. Em um ambiente sombreado, de uma plantação de eucalipto, por exemplo, elas se extinguem localmente, mesmo que esse plantio seja feito em faixas, protegendo a vegetação nativa nas entrelinhas. Enquanto o eucalipto for jovem, não sombrear e não secar o ambiente, isso funciona. Mas quando crescer e começar a sombrear, as plantas nativas não resistirão. Isso vale para a fauna também. Os impactos não têm que ser avaliados levando em conta o número de espécies. O que importa são as modificações provocadas no conjunto de um ecossistema. E há impactos que são evidentes. No momento em que se transforma uma área de campo nativo em uma lavoura de soja, e se usa herbicida nesta lavoura, é óbvio que as espécies de campo nesta área não irão sobreviver. Hoje, no Rio Grande do Sul, até as margens das rodovias estão sendo cultivadas. Em algumas regiões não há mais cercas separando as faixas de domínio da rodovia (que são públicas), das propriedades privadas. Isso é invasão de terra pública.

Adverso: Qual é a situação, hoje, da biodiversidade no Estado?

Pillar: O Rio Grande do Sul tem hoje apenas 0,7% do território em áreas protegidas, em unidades de

conservação, quando o compromisso do Brasil é ter 10% de áreas protegidas. No Bioma Pampa esse índice é ainda menor. O Brasil, cabe lembrar, é o país de maior diversidade biológica no mundo, abrigando de 15% a 25% de todas as espécies do planeta. O Rio Grande do Sul detém uma parcela expressiva dessa imensa diversidade biológica.

A diversidade conhecida no Estado inclui 1.047 espécies de tetrápodes (anfíbios, répteis, aves e mamíferos), 270 de peixes de água doce e em torno de 5.500 de plantas terrestres. Além disso, temos cerca de 2.615 espécies de algas e ciano-



"No momento em que se transforma uma área de campo inativo em lavoura de soja, e se usa herbicida na lavoura, é óbvio que as espécies de campo nesta área não irão sobreviver"

bactérias. Não existem estimativas sobre a grande maioria dos grupos de fungos e de animais invertebrados, mas são conhecidas no Rio Grande do Sul, até o momento, 510 espécies de fungos macromicetos, 912 de fungos liquenizados, mais de 700 de aranhas, 500 de crustáceos e pelo menos 474 de moluscos.

Adverso: Qual é a gravidade das ameaças à biodiversidade no Estado?

Pillar: É alta em alguns ecossistemas. Campos do Planalto Médio, por exemplo. Na região de Cruz Alta é difícil achar remanescentes de campo.

Estamos fazendo um levantamento e foi muito difícil encontrar. As áreas que restaram são muito pequenas. Temos nesta região o que chamamos de efeito da fragmentação. Mesmo que o proprietário preserve uma pequena área de campo, mesmo assim ocorrem extinções de espécies. Isso é evidente no caso dos grandes mamíferos predadores. O puma, por exemplo, é uma espécie quase extinta. Essas espécies precisam de uma grande área para sobreviver.

A Mata Atlântica também sofreu esse processo de fragmentação a partir do início da colonização do território. Pouco mais de 18% da superfície deste bioma no Estado apresenta cobertura florestal nativa na atualidade, mas sabe-se que apenas uma pequena parcela desse percentual corresponde a florestas originais. Hoje começa a ocorrer uma recomposição dessas áreas florestais, em geral nas regiões mais industrializadas, em virtude do abandono das áreas agrícolas mais marginais, em regiões com mais declive, onde não é possível a mecanização. Maquiné é um bom exemplo desse processo. Regiões inteiras foram abandonadas, estradas foram abandonadas. Essa recuperação é uma boa notícia, mas nós perdemos aquelas áreas de ecossistemas florestais mais íntegras, com toda aquela biodiversidade de espécies de estágios maduros de florestas.

O bioma Pampa, segundo dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2010, teve 54% de sua superfície convertida em áreas antropizadas (modificadas pela atividade humana). A taxa média de conversão de campos nativos no período 1970–1996 foi calculada em 137 mil hectares ao ano e estima-se que tenha mais que dobrado nos últimos anos, embora os dados oficiais do MMA indiquem uma perda anual de 363 km²/ano no período 2002–2008. (4)

Solução para crise internacional passa pela inclusão social, diz CDES-RS

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado debateu assunto em encontro que reuniu representantes de diversos países

por **Marco Aurélio Weissheimer**

A crise econômica e financeira internacional, ora em curso, vem deixando um rastro de desemprego, que já atinge mais de 200 milhões de pessoas no mundo, agravando o quadro de pobreza em âmbito global. Em torno de 1,6 bilhão das cerca de 7 bilhões de pessoas que habitam o planeta vivem em situação de vulnerabilidade e passam fome, exigindo respostas urgentes por parte dos governos e da sociedade civil organizada. Diante desse cenário, a participação da sociedade nas decisões governamentais e o papel do estado devem ser fortalecidos como fatores indutores do desenvolvimento. Além disso, a defesa da liberdade, da equidade da inclusão social devem ser os elementos norteadores das políticas públicas para enfrentar a crise internacional que, na avaliação de muitos analistas, pode se agravar em 2012. Há objetivos dos quais os governos não podem abrir mão: emprego decente, acesso universal a serviços de educação, saúde, proteção social, segurança alimentar e nutricional.

Estes são alguns dos principais pontos da Declaração de Porto Alegre, documento aprovado ao final do I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais que ocorreu na Capital em dezembro do ano passado, por iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDES-RS). O encontro, reali-

zado no auditório do Ministério Pùblico Estadual, reuniu representantes de vários países, entre eles, Espanha e Portugal, que estão hoje no epicentro da crise econômica que atinge a Europa.

Essa crise tem uma dimensão política que ganhou destaque em 2011 com as manifestações massivas de milhares de jovens em diversos países contra a situação econômica em suas sociedades, o desemprego crescente e a precarização da ideia de democracia. Os representantes de Portugal e Espanha testemunharam parte desse sentimento misto de indignação e frustração.

Julián Ariza, integrante do Conselho Econômico e Social da Espanha, citou alguns números da dura realidade social vivida em seu país. Em torno de 21% da população economicamente ativa está desempregada na Espanha. Deste total, cerca de 43% são jovens com menos de 25 anos. Ou seja, aproximadamente 900 mil jovens nesta faixa etária não encontram trabalho na Espanha, enfrentando uma situação de precariedade e desemprego, o que ajuda a entender as gigantescas mobilizações sociais vistas no país nos últimos meses. Ariza foi sincero sobre o papel que o conselho espanhol pode ter neste processo: "São evidentes nossas limitações para dar conta desses problemas."

Diante desse quadro, Ariza defendeu o aprofundamento da proposta de criação de espaços de diálogo entre os governos e a sociedade civil. No caso europeu, ele apontou como um grave erro pleitear a saída de países da Comunidade Europeia. "Só haverá uma saída com mais Europa e não com menos Europa", resumiu ele, chamando a atenção ainda para o fenômeno de



Marcelo Danériz, secretário executivo do CDES do Estado, destacou que, apesar da crise econômica, o mundo vive um momento histórico de protagonismo da sociedade civil na política

Fotos: Eduardo Seidl

deslocamento do centro das atividades econômicas no mundo na direção da China e da Índia.

“A experiência neoliberal fracassou. O mercado não é capaz, por si só, de se autorregular. A interferência dos governos e das políticas públicas é fundamental”, afirmou José Albino da Silva Peneda, presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal, repetindo uma tese mencionada várias vezes na mesa de abertura do encontro: o fracasso do neoliberalismo. Peneda não teve dúvida ao falar das causas da crise. “O setor financeiro é o principal responsável pelo problema e precisa ser submetido a um novo regramento, mais transparente. A crise atual está mostrando, entre outras coisas, que a economia precisa ser permanentemente auditada.”

E qual pode ser o papel dos conselhos neste processo? Para o representante português, os conselhos econômicos e sociais devem avançar para a condição de formuladores de políticas públicas. Peneda fez uma advertência: é preciso respeitar os padrões culturais de cada país e de cada região, sem tentar impor modelos de forma mecânica.



Governador Tarso Genro (esq.), Marcelo Danéris, e o secretário-geral ibero-americano, Enrique Iglesias (dir.), durante o debate

ca. “Nós estamos vivendo em sociedades mais complexas e mais fragmentadas o que aumenta a importância da interdependência.”

Desafio incontornável

A visão sobre o futuro nas palavras de José Albino da Silva Peneda, presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal, “é de uma sociedade com justiça, liberdade, democracia, respeito ao estado de direito e igualdade de oportunidades. E esses valores não se esgotam em atos eleitorais”. A crise na Europa e, mais particularmente, nos dois países da Península Ibérica, impôs um incontornável desafio aos conselhos de Portugal e Espanha, fato reconhecido por seus representantes: eles precisam avançar sobre seus limites.

A direção desse avanço está, em boa medida, naquilo que o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, destacou como a inovação brasileira na experiência dos conselhos: o seu caráter político. “A pauta dos partidos



Evento ocorreu no auditório do Ministério Pùblico Estadual

políticos foi enormemente diluída pelo poder do capital financeiro”, observou o governador gaúcho. Para Tarso Genro, os CDES se tornaram importantes porque a força das estruturas políticas tradicionais vem se estreitando, “estando cada vez mais sufocada pelos organismos do capital”. O governador do Estado lembrou o que aconteceu na Grécia, quando uma proposta de referendo para discutir as ações a serem tomadas pelo governo no combate à crise foi rechaçada pelo Banco Central Europeu e acabou provocando a saída do presidente do país.

O governador gaúcho defendeu o que considera uma originalidade dos conselhos brasileiros em relação às experiências europeias: “No Brasil, quando implementamos o conselho nacional, nos espelhamos nas experiências de Portugal, Espanha e Itália, mas incluímos uma característica bem brasileira, que foi a atuação política. O conselho não pode ser apenas uma entidade de caráter deliberativo, mas de consulta e aconselhamento do governo.”

Os CDES, disse ainda Tarso Genro, devem discutir as questões de interesse universal dentro da sociedade. Ele deu três exemplos: a sustentabilidade ambiental, a efetividade dos direitos dos cidadãos dentro do funcionamento da sociedade e da economia e do controle público do estado, e a transparência no combate à corrupção. “Qual é o setor da sociedade que não tem interesse nesses três assuntos? Por isso, eles devem estar presentes nas pautas dos conselhos”, sustentou.

Mas, no contexto da crise internacional, outra pergunta se impõe: como evitar que a pauta dos conselhos seja também diluída pelo poder do capital financeiro? As críticas ao neoliberalismo e ao fundamentalismo de mercado feitas pelos representantes da Espanha e de Portugal apontaram para os limites da ideia de concertação, que seria o principal resultado político-institucional da atividade dos conselhos.

As limitações admitidas pelo integrante do Conselho Econômico e Social da Espanha, Julián Ariza, e o sonho de futuro de José Peneda na direção de uma sociedade justa e democrática parecem exigir o aprofundamento daquilo que Tarso Genro chamou de “inovação brasileira”: arraigar o caráter político dos conselhos, abrir espaços para mais democracia e mais participação da sociedade.



I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais teve auditório lotado em Porto Alegre

Sociedade civil organizada

O Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, Marcelo Danéris, abriu I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais destacando que, apesar da crise econômica internacional, o mundo vive um momento histórico de protagonismo da sociedade civil na política. "Temos como exemplo a Primavera Árabe e os movimentos de ocupação, como o Occupy Wall Street, citou. Para Danéris, os Conselhos Econômicos e Sociais poderão desempenhar um papel fundamental nesta conjuntura, consolidando-se como mecanismos vitais no combate das crises econômicas que o mundo enfrenta atualmente: "Os CDES reúnem a sociedade e apontam as direções para o enfrentamento das crises. E a saída das crises passa necessariamente pela ampliação dos mecanismos de participação democrática da sociedade."

O mesmo ponto foi defendido pelo secretário geral ibero-americano, Enrique Iglesias, que destacou a necessidade de recuperar a confiança no sistema econômico internacional. A atual crise, resumiu, é uma crise de confiança, e o capitalismo depende de confiança para funcionar. Na Grécia, exemplificou, se perdeu a confiança nas instâncias decisórias tradicionais, formadas pelos agentes políticos. Na avaliação de Iglesias, o mundo está vivendo um processo de transição, passando "de um cenário de certezas para outro, de incertezas". Quando a crise acabar, previu, o final será bem diferente do início. Por outro lado, ressaltou, esse cenário pode significar boas oportunidades para a América Latina: "Precisamos nos unir para conseguirmos atravessar esse mar de riscos até chegarmos ao mundo do futuro. A América Latina hoje tem 50% a 60% de sua população inserida na classe média. É o momento de criarmos um mercado regional competitivo", defendeu.

Essas oportunidades que se abrem, reforçou, são fruto do grande contingente de pessoas que passaram a fa-

zer parte da nova classe média, criando novas demandas, exigindo saúde e educação de melhor qualidade. Iglesias lembrou que, até bem pouco tempo, a América Latina foi um laboratório das políticas econômicas que acabaram conduzindo o mundo para a crise atual. "Experimentamos o fundamentalismo do mercado, que levou a uma explosão especulativa. Da mesma forma, vivemos o fundamentalismo da estatização, que levou à falta de eficiência. Está na hora de construirmos um novo modelo econômico."

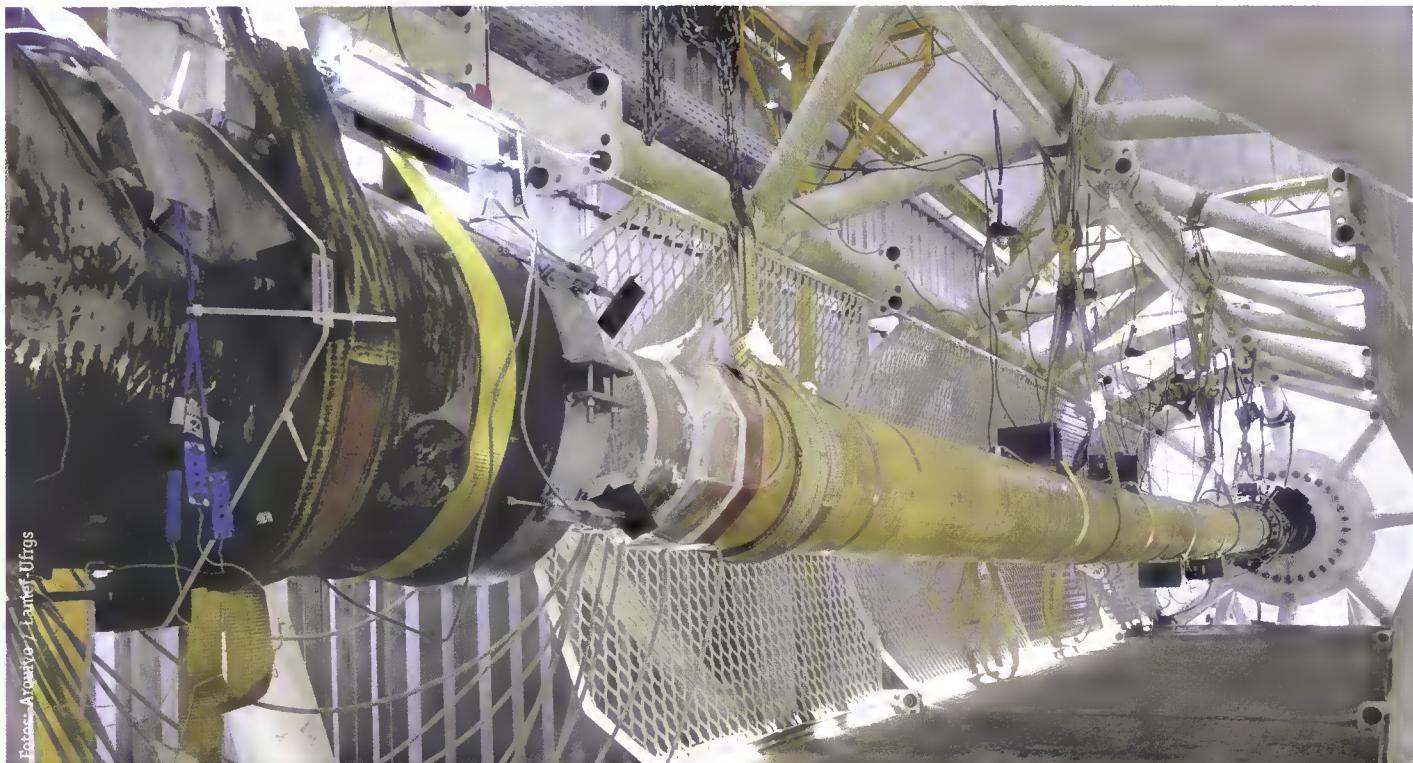
Para o ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos e secretário executivo do CDES nacional, Moreira Franco, a experiência dos conselhos aumenta de importância em períodos de crise. "Nos momentos de calma institucional, a contribuição do CDES não é muito evidente, mas é nessa hora que o conselho cria um ambiente de convivência que é muito importante no enfrentamento das crises." O ministro lembrou o que aconteceu na eclosão da última crise, a partir da falência do extinto banco de investimentos Lehman Brothers, nos Estados Unidos, em 2008. Na época, o CDES teve um trabalho fundamental de debate e aconselhamento para o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Conselho serviu como um mecanismo para que o ex-presidente pudesse ter uma ideia muito mais clara da situação real da economia naquele momento e, da mesma forma, serviu de instrumento para uma melhor aceitação das medidas implementadas pelo governo no combate à crise." □

A presença dos CDES no Brasil e no mundo

O exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nacional, criado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começa a se espalhar pelos estados e municípios brasileiros. Atualmente, os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul já possuem conselhos. Também as cidades de Goiânia (GO), Canoas (RS), Erechim (RS), Santa-Rém (PA), Diadema (SP), São Carlos (SP) e Presidente Venceslau (SP) formaram órgãos consultivos entre governo e sociedade. No plano da chamada Ibero-América, metade dos países apresenta conselhos econômicos e sociais ou entidades similares em seus processos democráticos. Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Nicarágua, Portugal, República Dominicana e Venezuela contam com instituições dessa natureza, seja em nível federal, estadual ou municipal.

Lamef busca se consolidar no mercado internacional

Laboratório de Metalurgia Física da Ufrgs já é referência no território Brasileiro



Detalhe de um riser cujo segmento está instrumentado para monitorar o ensaio e avaliar a qualidade do componente

Considerado o maior do País na área de metalomecânica, o Laboratório de Metalurgia Física (Lamef), vinculado à Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), bem como ao Departamento de Metalurgia - na área de graduação - e ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais, caminha agora rumo à projeção internacional. Na parte de ensaios de fadiga e de grande porte para dutos de petróleo ou gás, por exemplo, o local atualmente conta com moderna estrutura para medir o desempenho de materiais, destacando-se por seus projetos sobre petróleo.

Atualmente, centenas de empresas do Rio Grande do Sul se beneficiam do trabalho desenvolvido no Lamef, desde o setor de montadoras de máquinas agrícolas até a área médica. No caso do trabalho realizado junto às pequenas empresas do Estado, o laboratório colabora no desempenho do setor produtivo, mas também abre portas no mercado de trabalho para os alunos egressos da Universidade.

Nos últimos anos, o principal parceiro em projetos do Lamef tem sido a Petrobras, que investe em pesquisas sobre petróleo - que na Universidade estão voltadas para melhoria de produtos, passando pela customização de equipamentos e desenvolvimento de componentes. Desde 2007, a estatal já injetou R\$ 40 milhões em recursos aprovados para 17 projetos sobre petróleo em andamento no Lamef. As verbas deste investimento em pesquisas são destinadas à aquisição de equipamentos e custeio de



Desenho esquemático de um equipamento desenvolvido para ensaios de risers (dutos condutores de petróleo)

bolsas de estudos dos alunos das áreas de Metalúrgica, de Materiais, Mecânica e Química dentro da Engenharia. E a expectativa é de que a parceria com a Petrobras continue sendo renovada.

Ainda nestes últimos cinco anos, o laboratório conquistou seis patentes depositadas, e auxiliou na conclusão de graduação de mais de 50 alunos. Entre os estudantes de mestrado e doutorado, o Lamef atendeu 30 alunos, já formados. Muitos destes profissionais foram trabalhar em outros estados, mas grande parte encerra o trabalho no Lamef com perspectivas de ser absorvido pela Petrobras – e a maioria ingressa na estatal.

Além do montante destinado pela empresa líder do setor petrolífero brasileiro, este ano outros R\$ 6 milhões serão aplicados em seis projetos do Pré-Sal desenvolvidos dentro do laboratório de Metalurgia Física. Neste caso, os recursos são oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Além de consolidar o laboratório no mercado internacional, a estimativa da equipe do laboratório para 2012 é de aumentar o número de depósitos em patentes. Atualmente, o Lamef já possui implementado e acreditado pelo INmetro, um sistema de qualidade baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 – de requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração – com o objetivo de sistematizar os ensaios realizados e comprovar a confiabilidade dos resultados atingidos.



Telmo Strohaecker

Formação de RH

À frente da equipe de 143 pessoas, formada por alunos de graduação com bolsa de iniciação científica, alunos de mestrado e de doutorado, pós-doutorandos, funcionários e outros quatro docentes, o professor Telmo Strohaecker coordena o laboratório desde

que retornou à Universidade, em 1990. Ele se orgulha da infraestrutura do local, que possui modernos equipamentos, voltados principalmente para a caracterização de materiais metálicos, através de análise química; bem como microscopia e outras avaliações, como os ensaios de dureza e microdureza; ensaios de tração, ensaios de tenacidade à fratura, ensaios de fadiga, entre outros.

Dois dos quatro prédios do Lamef funcionam no Centro de Porto Alegre, e outras duas unidades ficam localizadas no Campus do Vale. Os trabalhos desenvolvidos nestas estruturas, segundo Strohaecker, têm como prioridade a formação de recursos humanos. “Além da sinergia entre os estudantes da graduação e da pós-graduação dentro

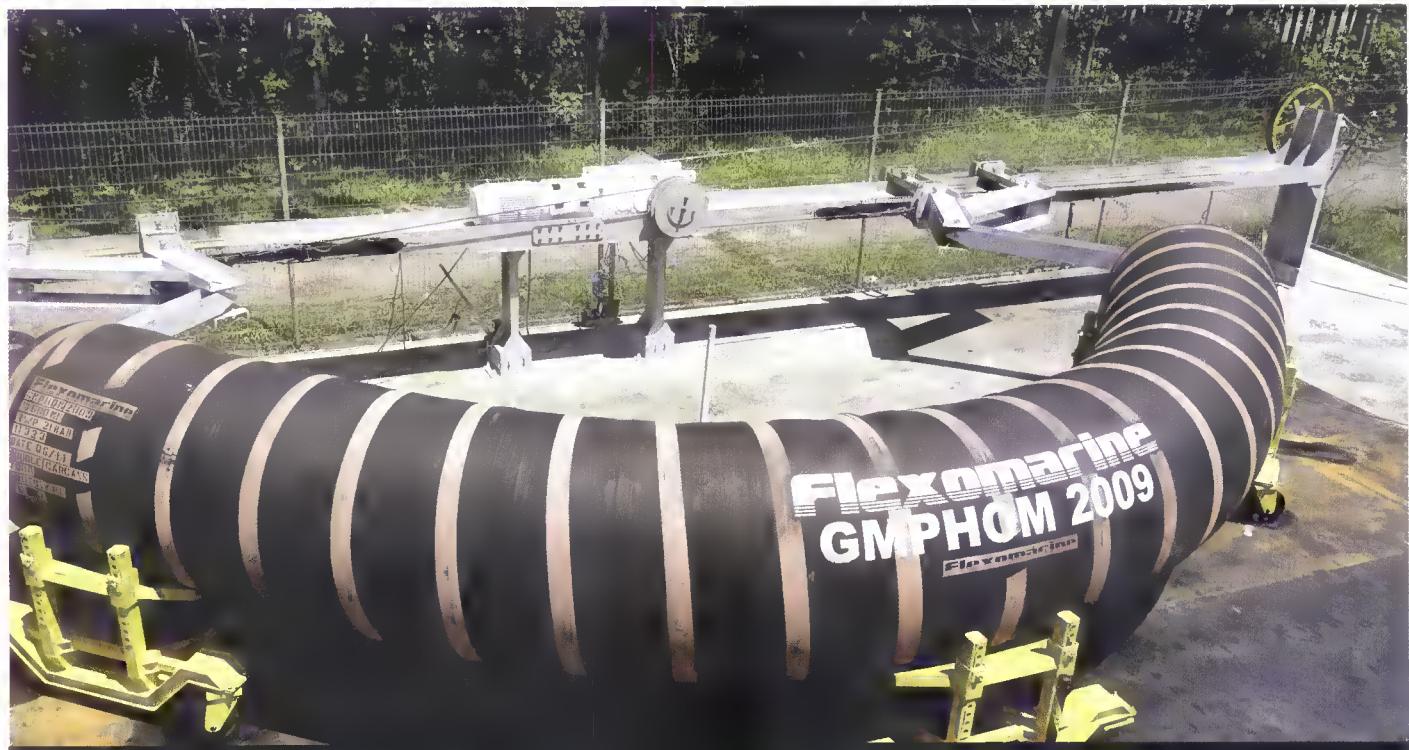


Acima, segmento de riser flexível sendo ensaiado em fadiga, com cargas entre 50 e 350 toneladas. Abaixo, parte de um sistema de ensaios, onde atuador permite aplicar cargas de até 600 toneladas com deslocamento de 2,5m



do Lamef, proporcionamos estágios, com bolsas de estudo no exterior, para os alunos de pós-graduação.”

Das diversas áreas de atuação do laboratório, Strohaecker destaca as avaliações realizadas no setor de biomecânica, através de análises de implantes de joelho, fêmur e coluna, por exemplo. Nesta área, a qualidade dos materiais, seu desempenho e composição química, são analisados pela equipe coordenada pelo professor. “Muitas vezes, estes estudos são realizados gratuitamente, para ajudar que pacientes prejudicados pelo implante de materiais inadequados possam processar os fabricantes e conseguirem as reparações necessárias”, revela, advertindo que peças sem qualidade podem causar danos à saúde do paciente, e destacando que o Lamef já soma “vários ganhos de causa” neste sentido. ☐



Ensaio de fadiga em um mangote, usado para conduzir petróleo nas transferências do produto entre navios e plataformas de produção



Mangote sendo recebido para ensaios

Atuando também no auxílio da Polícia Federal e do Ministério Público, em casos de implantes com efeito negativo, o Lamef ainda é considerado o laboratório oficial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Trabalhamos sistematicamente com a Anvisa e o Grupo Hospitalar Conceição, controlando a qualidade de todos os implantes que entram para o mercado." Havendo problema de qualidade em algum produto, o lote é segregado e a Agência toma medidas preventivas para que o material não seja comercializado, garante Strohaecker. ☺

Engenharia Biomédica

Desde 2001, o Lamef vem realizando uma série de atividades de pesquisa e desenvolvimento de próteses metálicas que culminaram na criação do Grupo de Engenharia Biomédica (Bioeng). Em 2006, passou a fazer parte da Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos apoiada pela Finep e pelo Ministério da Saúde, que tem a finalidade de melhorar a qualidade e confiabilidade dos implantes ortopédicos produzidos e utilizados no País. Também coopera com o Grupo Hospitalar Conceição no monitoramento de implantes utilizados em suas unidades.

Atualmente, além das parcerias com empresas, através de ensaios, análises e projetos de desenvolvimento de produtos, tem participado da formação e operação da rede de serviços tecnológicos em produtos para a saúde - Sibratec -, iniciativa do governo federal, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, além de cooperar com a Anvisa. O grupo de Engenharia Biomédica (Bioeng) participa ainda de atividades de normalização junto ao comitê técnico ABNT/CB-26 Odonto-Médico-Hospitalar.

Além do Bioeng, o Lamef ainda conta com: Grupo de análise de falhas (Gaf); Grupo de Ensaios e Corrosão (Gecor); Grupo de ensaios mecânicos (Gem); Grupo de ensaios não-destrutivos (Gend); Grupo de projetos de engenharia (Proeng); Grupo de robótica, controle e automação (RCA) e o Grupo de tecnologia submarina (TS).



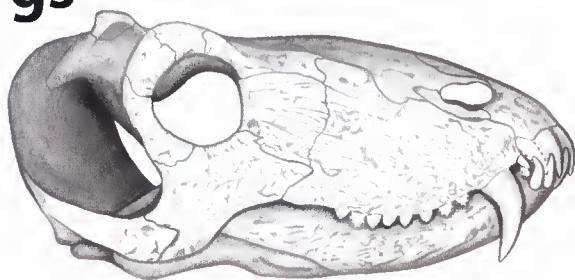
Fóssil de espécie que viveu há 260 milhões de anos está no Museu de Paleontologia da Ufrgs

O fóssil de uma espécie de predador que viveu há mais de 260 milhões de anos, na era Paleozóica, estará em exposição no Museu de Paleontologia da Ufrgs, a partir de março. Considerado o animal carnívoro mais antigo da América do Sul, o *Pampaphoneus biccai*, como foi denominado, é um dinocefálio do Período Permiano e um parente distante dos mamíferos. Seu crânio, de 33 centímetros de comprimento, foi encontrado há pouco mais de três anos, por pesquisadores de diferentes universidades do país e do mundo, liderados pela Ufrgs em uma expedição a uma fazenda em São Gabriel. O nome significa, em grego, "matador dos pampas" e ressalta o fato do mesmo ser um predador que viveu na região onde hoje está o pampa gaúcho. Além disso, homenageia José Bicca, proprietário da fazenda onde foi feita a descoberta.

Em janeiro deste ano, o Museu de Paleontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul recebeu a imprensa para a apresentação do fóssil.

Na ocasião, o paleontólogo Juan Carlos Cisneros, da Universidade Federal do Piauí, um dos responsáveis pela descoberta, explicou que essa espécie não é um mamífero nem um réptil. "Eles foram os precursores dos mamíferos, animais carnívoros que precederam os répteis." Segundo os pesquisadores, eles chegaram ao local, jamais explorado, através de imagens de satélite. O fóssil estava coberto por minerais, sendo necessária uma minuciosa e delicada limpeza, realizada por uma graduanda de Biologia, para não comprometer a descoberta.

A retirada manual dos minerais, realizada pela equipe de paleontologia da Ufrgs, levou mais de um ano. Em uma segunda fase, foram feitas a descrição e a comparação do achado com outros fósseis já identificados existentes em várias partes do mundo, principalmente na África do Sul e Rússia. Nesse ponto, a pesquisa contou com a participação de paleontólogos da África do Sul, região onde grande parte destes animais é descoberta. Com uma réplica em mãos, os pesquisadores foram também à Rússia onde um novo pesquisador ajudou-nos a conhecer a origem do animal. A espécie encontrada no Rio Grande do Sul é muita parecida com as encontradas na Rússia, pois mesmo com os continentes sendo muito distantes, na época eram



muito próximos.

O professor de Paleontologia da Ufrgs, Cesar Schultz, afirma que o animal deveria medir aproximadamente três metros e pesar cerca de 300kg. Schultz foi o coordenador da expedição. Este é o segundo fóssil de vulto apresentado pelo projeto, que, em 2011, identificou o herbívooro *Tiarajudens eccentricus*.

Em termos de importância histórica, foi o primeiro achado de um carnívoro terrestre da Era Paleozoica na América do Sul. Os resultados dessa descoberta podem auxiliar os pesquisadores na identificação de outras vidas e no estudo da longevidade de novas espécies. □



Pesquisadores durante trabalho de campo Permiano

Já é possível ver imagens da Terra em alta definição

A agência espacial norte americana (Nasa) informou que já possui imagens da Terra em alta definição, graças aos registros do satélite de observação terrestre Suomi NPP, que tem o objetivo de observar as mudanças que estão ocorrendo no planeta.

O Projeto Nacional de Satélite Ambiental Polar-Orbital, ou simplesmente NPP, acabou recebendo o nome de Verner Suomi, que foi um dos pioneiros no desenvolvimento de sondas que analisam o clima terrestre.

“As contribuições científicas e em engenharia de Verner Suomi foram fundamentais para nossa capacidade atual de saber mais sobre o clima do planeta a partir do espaço”, destacou em comunicado John Grunsfeld, administrador associado da Nasa em Washington.

Suomi, conhecido por ser “o pai do satélite meteorológico”, faleceu no ano de 1995 e foi meteorologista da Universidade de Wisconsin.

Além das fascinantes imagens da Terra, o satélite também terá a missão de colaborar nas previsões mais confiáveis e precisas sobre as condições climáticas, o estado dos oceanos, como também uma análise da biosfera terrestre.

Fonte: Oficina da Net



Brasil é o 2º país com mais casos de hanseníase no mundo

O número de casos de hanseníase no Brasil caiu 15% entre 2010 e 2011, segundo anunciou, em janeiro, o Ministério da Saúde. No entanto, o País ainda é o segundo no mundo com a maior quantidade de casos da doença, informa o secretário de vigilância em Saúde do ministério, Jarbas Barbosa. No ano passado, foram registrados 30.298 da doença, conhecida como lepra.

As regiões brasileiras mais afetadas pela hanseníase são Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mato Grosso é o Estado com a maior incidência em 2011, com 77,89 novos casos para cada 100 mil habitantes, seguido do Tocantins, com 72,14 e de Rondônia, com 52,55.

A hanseníase é uma doença infecciosa que é transmitida pelo contato direto e constante com alguém que tenha a doença. O principal sintoma, que pode demorar até cinco anos para se manifestar, é o surgimento de uma mancha avermelhada ou esbranquiçada que não coça, mas causa sensação de dormência na pele. A doença atinge a pele, os nervos, os braços, as mãos, as pernas, o rosto e as orelhas e, se não tratada, pode provocar ferimentos graves e até a deformação dessas partes.

No entanto, o Ministério da Saúde destaca que a taxa de cura é de 80% para quem se submete ao tratamento, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), com o coquetel de medicamentos chamado de poliquimioterapia, que dura de seis meses a um ano. Após esse período, o paciente não transmite mais a doença. Atualmente, há 23.660 pessoas em tratamento em todo o país e nem todas são curadas porque interrompem o uso dos medicamentos antes de receber alta, segundo o ministério.

A meta do governo, de acordo com o secretário Jarbas Barbosa, é que até 2015 haja somente uma pessoa com hanseníase para cada grupo de 10 mil habitantes no País.

Fonte: R7



Aposentadoria: os desafios da Previdência dos Servidores pós-2004

Eduardo Rolim de Oliveira, presidente do Proifes-Federação

A aposentadoria dos servidores públicos tem sofrido grandes alterações por conta da reforma da Previdência, que tem sido implementada através de sucessivas Emendas Constitucionais: EC nº 20/1998, EC nº 41/2003 e EC nº 47/2005.

O primeiro grande impacto ocorreu em 2003 com a EC nº 41 que determinou que, a partir de 01 de janeiro de 2004, todos os servidores públicos que forem pleitear a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição devem preencher, obrigatoriamente, certos requisitos como: possuir 25 anos de serviço público, dez anos na carreira e cinco no cargo, além de ter 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para os homens, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição para as mulheres. Note-se a enorme mudança em relação ao sistema então vigente, pois passa a exigir o tempo de contribuição e não de serviço, como era anteriormente. A implementação desta emenda gerou várias situações que podem ser agrupadas em quatro “gerações” de aposentados.

A 1ª “geração” é formada pelos servidores ativos que tinham condições de se aposentar em 31 de dezembro de 2003 ou já estavam aposentados nesta data. Estes não terão alteração em seus rendimentos (pois foi mantida a integralidade) e nas regras para a sua aquisição. Contudo, ainda que preservados esses direitos, a reforma também os atingiu, pois, de forma injusta, passaram a contribuir com 11% de seu provento, na parcela que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que hoje é de R\$ 3.691,74. Outra mudança relevante é que seus pensionistas deixaram de perceber o valor integral, só recebendo 70% do que excede o teto do RGP, com o respectivo desconto de 11% do que excede o mesmo. Como exemplo, para uma aposentadoria de R\$ 7.500,00 a pensão corresponderá a R\$ 6.357,52. Posteriormente, a EC 47/2005, conhecida como PEC Paralela, de autoria do senador Paulo Paim, garantiu para os aposentados



em caso de doença incapacitante, que o desconto da contribuição de 11% incida sobre o dobro do valor do teto do RGP.

A 2º “geração” é formada pelos ativos que ingressaram antes da Reforma e que em 31 de dezembro de 2003 não tinham condições para a aposentadoria. Para esses, a EC nº 41 manteve a integralidade e paridade, se cumprirem todos os requisitos de aposentadoria por tempo de contribuição. Neste caso, integralidade significa que seu primeiro provento será igual à última remuneração de ativo (sem auxílio alimentação, funções gratificadas e adicionais de insalubridade ou periculosidade); e paridade é ter reajustes iguais aos ativos, posto que possuam as mesmas rubricas no contracheque. A aposentadoria especial, que exige contribuição de 25 anos, se mulher, ou 30 anos, se homem, passa ser exclusiva para

o Magistério de Ensino Básico (Fundamental e Médio). Exclusivamente para esta “geração” de servidores a PEC Paralela criou a regra 85/95, que permite a aposentadoria com menos idade que o requerido, se tiver maior tempo de contribuição, mas não o contrário. Não existe mais a Aposentadoria Voluntária Proporcional. Uma inovação é o abono permanência, o qual permite aos servidores que preencham as condições para aposentaria, solicitem este abono e continuem trabalhando, passando a contribuir para a Previdência como os aposentados da 1ª “geração”. Há outras mudanças muito prejudiciais para os casos de doenças e acidentes, ou ingresso tardio no serviço público. Para a aposentadoria por invalidez ou compulsória, se não tiverem sido cumpridos todos os requisitos, será pela regra nova e proporcional ao tempo de contribuição.

A 3ª “geração” é a dos servidores que ingressaram após a Reforma. Atualmente, são mais de 30 mil, dentre os aproximadamente 68 mil professores ativos do Magistério Superior. Para esses, a diferença principal é o fim da integralidade e da paridade. A aposentadoria será calculada pela média das 80% melhores contribuições (limi-

tado à última remuneração, conforme Lei 10.887/2004), corrigidas pelo IPCA, e passa a ser uma linha única no contracheque, denominada provento - portanto sem semelhança ou relação com os contracheques dos ativos ou aposentados das 1^a e 2^o gerações. Não haverá rubrica para vencimento básico (VB), nem de retribuição por titulação (RT). Os proventos serão reajustados pelo percentual do RGPS, que nestes últimos anos têm variado entre 6% e 7%.

A 4^o "geração" surgirá após a promulgação da lei que cria a Previdência Complementar, o PL 1992/07, que está em via de ser aprovada na Câmara dos Deputados. Esta geração será formada pelos que ingressarem no serviço público após esta lei entrar em vigor. Para estes servidores será garantido, pelo Regime Próprio de Previdência, apenas o teto do RGPS (os R\$ 3.691,74 de hoje). Se desejarem ampliar seus rendimentos após a aposentadoria, os mesmos terão que contribuir para um Fundo de Pensão.

A última geração é consequência direta da EC nº41, visto que esta determinou que o Governo criasse por lei a Previdência Complementar e o Fundo de Pensão dos servidores públicos e que, quando essa lei fosse aprovada, fosse instituído o novo Regime de Aposentadoria para os servidores que ingressassem a partir de então.

Ainda pelo texto atual do PL 1992/07, o ingresso na previdência complementar para servidores novos e antigos é optativo. Especula-se que na redação final, a adesão à Previdência Complementar seja obrigatória para os novos, os quais deverão pagar 11% até o teto do RGPS (hoje R\$ 3.691,74). Acima deste, ou seja, sobre o valor excedente, será descontada a contribuição para a Previdência Complementar que, no máximo, poderá ser de 7,5%. O órgão no qual o servidor está lotado pagará o mesmo valor, que poderá ser alterado anualmente, bem como os proventos, até o teto do RGPS. Havendo complementação, esta será paga pelo Fundo de Pensão dos servidores.

Recentemente, em 2011, foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) o substitutivo proposto pelo deputado Silvio Costa (PTB/PE) que permite que o servidor, com ingresso antes da promulgação da Lei, tenha 24 meses para optar pela adesão à Previdência Complementar e ao Fundo de Pensão dos servidores públicos. Neste contexto, o atual texto do PL 1992/07 prevê, para os servidores da 3^a geração que optarem por entrar na nova regra um Benefício Especial (BE), pago pelo Órgão. Tal benefício é uma forma de compensação dos descontos de 11%, atualmente, cobrados sobre todo o vencimento bruto e visa atrair o servidor em atividade para capitalizar o Fundo. O BE é calculado pela diferença entre a média das 80% melhores remunerações, corrigidas pelo IPCA, e o teto do RGPS, multiplicada pelo fator de conversão: $FC = Tc / Tt$, onde Tt depende do sexo

e do tipo de professor, sendo 455, se homem do Magistério Superior (MS); 390, se mulher do MS ou homem do ensino básico (EBTT) ou serviço penoso e 325 para mulher do ensino básico ou serviço penoso. Por exemplo: para homem, professor do MS com seis anos de contribuição e vencimento médio de R\$ 7.800,00 calcula-se o seu BE = $7.800,00 - 3.691,74 \times 0,17143$, o que resulta em R\$ 704,27. Portanto, para uma mulher do MS com seis anos de contribuição e vencimento médio de R\$ 7.800,00, o BE será de R\$ 821,65. Ou seja, se o servidor aposentado pelo RPSP - cuja aposentadoria, não integral, é paga pelo Tesouro Nacional - optar em aderir ao novo sistema e apostar no cassino dos Fundos de Pensão, terá essa pequena compensação, para a qual não há garantia de manutenção de seu valor real, posto que seja reajustado pelo IPCA, sem vinculação com a tabela de vencimentos dos ativos. Agora, o que cabe discutir é como será o Benefício Complementar para quem aderir ao Fundo de Pensão.

É importante conhecer o texto atual do PL 1992/07, como foi aprovado pela CTASP, pois se acredita que terá profundas modificações e mudará bastante até chegar a Plenário. Apresentamos a seguir alguns detalhes que necessitam especial alerta.

Cada servidor terá uma conta individual, onde suas contribuições são contabilizadas e, no momento da aposentadoria, seu valor é calculado. Portanto não é aposentadoria, é pecúlio, e o servidor é que decide em quantos meses quer receber. O servidor decide, na prática, em quantos meses quer morrer!

O regime é de contribuição definida. Sabe-se quanto se paga e não quanto se recebe. Quem garante o valor após 30 anos?

A Lei prevê a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), uma fundação pública de direito privado. Pelo substitutivo Silvio Costa, seu Conselho Deliberativo (CD) é paritário, com três membros dos patrocinadores (um do Executivo, um do Senado ou Câmara ou TCU e um do STF ou MPU, alternadamente) e três dos participantes (um do Executivo, um do Legislativo e um do Judiciário, eleitos diretamente pelos pares). O Conselho Fiscal (CF) é paritário, com dois membros indicados pelos patrocinadores e dois eleitos pelos participantes. A Diretoria Executiva será composta por até quatro membros, nomeados pelo CD, que devem corresponder aos requisitos exigidos pela Lei Complementar 108/2001. A remuneração e vantagens dos diretores serão fixadas pelo CD em padrões de mercado e terá que ser sustentada pela contribuição dos servidores. A remuneração dos membros do CD e do CF não poderá exceder 10% do valor da remuneração da Diretoria.

É a administração financeira que se constitui em um dos piores problemas de toda essa questão, pois os re-



cursos do Fundo terão que ser obrigatoriamente administrados por entidades do mercado (bancos licitados, com contratos de no máximo cinco anos). Cada banco poderá administrar no máximo 40% dos recursos, ou seja, seriam no mínimo três bancos a cuidar dos recursos, que monitorão a muitos bilhões de reais em alguns anos. As administradoras terão que aplicar obrigatoriamente os recursos em Fundos de Investimento. Os Planos de Benefícios terão que cobrir as taxas de administração e despesas operacionais.

Tal situação é muito grave, pois jogará o futuro da aposentadoria dos servidores no colo dos operadores do mercado financeiro, sem que os próprios servidores ou mesmo a Diretoria da Funpresp possa administrar os recursos, inclusive havendo a proibição de que os mesmos sejam utilizados na compra de ativos produtivos, como ocorre, por exemplo, com a Previ.

Os debates atuais na Câmara, por informações passadas pelo relator na Comissão de Seguridade Social, deputado Rogério Carvalho (PT/SE), ao Proifes, prevêm algumas mudanças importantes, como a criação, pelo Estado, de um Fundo garantidor dos benefícios em caso de maior sobrevida do servidor, que teria algumas opções, como a de contribuir mais, ou por mais tempo, para receber mais. Também se discute a criação de um sistema de aposentadoria especial para quem tem atividades de risco à saúde. E, finalmente, como a maior e mais importante mudança, a administração dos recursos pela Diretoria da Funpresp, e não por Bancos, a exemplo da Previ.

Essas mudanças, cujo texto ainda não é conhecido, mitigam um pouco o problema, mas não mudam a es-

sência da questão - a mudança de um paradigma histórico no Brasil - que é de aposentadorias pagas em um sistema de solidariedade de gerações por um sistema de capitalização. Essa é a maior das reformas, pois no sistema anterior havia um pacto, em que filhos trabalham para sustentar a inatividade de seus pais e avós. Vale lembrar que, até à Reforma, o Estado devia colaborar com quatro vezes a parte dos servidores, e após a Reforma, com duas vezes - um dinheiro que nunca foi contabilizado como Fundo, o qual poderia diminuir ou até eliminar o aludido déficit. Outros mecanismos para compensar as mudanças demográficas podem ser cogitados, como maior alíquota e maior tempo de contribuição, desde que o sistema de solidariedade geracional fosse o paradigma. Mas isso, infelizmente, é passado, o regime de capitalização elimina todos os princípios de solidariedade e passa-se a um sistema onde cada um deve pagar a sua aposentadoria. Porém por mais justo que isso poderia parecer, na verdade não é, na medida em que se cria um sistema de contribuição definida onde não há qualquer garantia de receber a aposentadoria, principalmente quando os recursos são repassados para o mercado financeiro, sem qualquer regulação ou restrição a aplicações de risco.

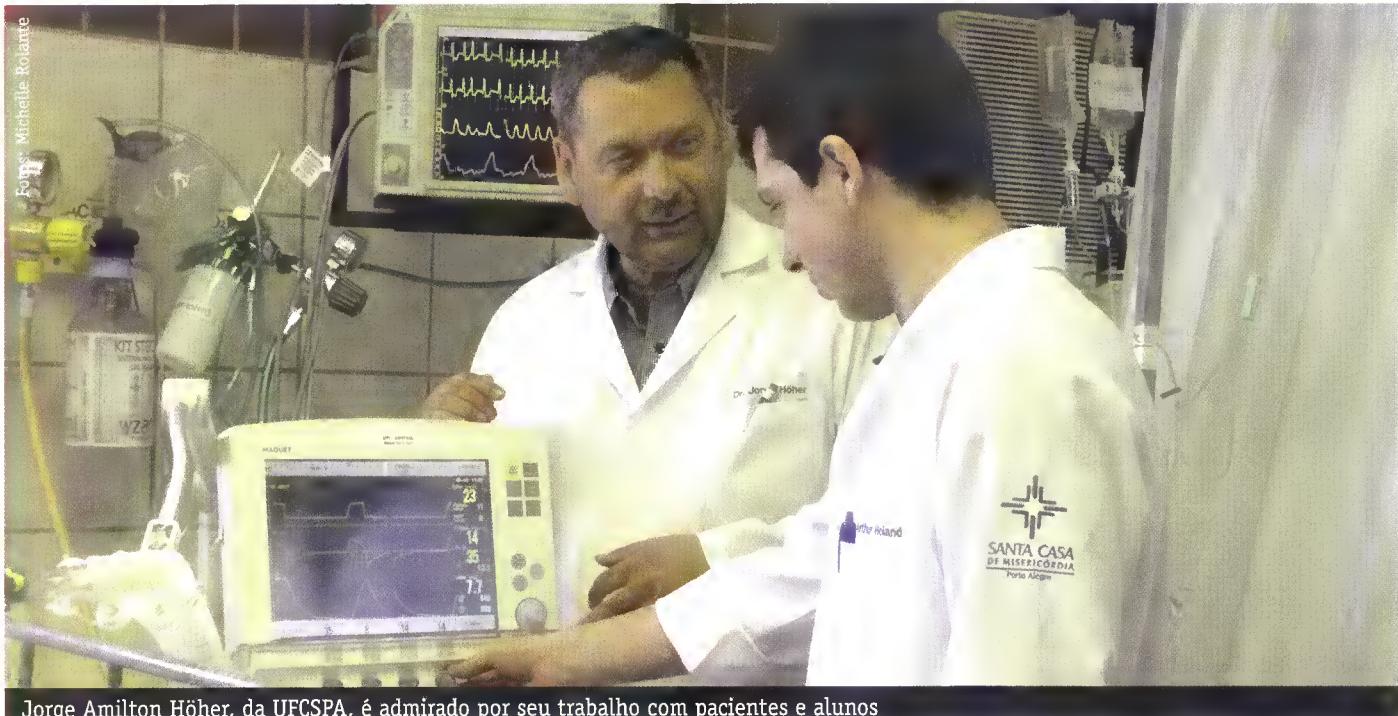
É uma grande mentira a afirmação da grande imprensa de que a Reforma da Previdência ainda não foi feita e que os servidores continuam privilegiados. A Reforma foi radical, metade dos professores já não têm mais integralidade e paridade e, mesmo pagando 11% sobre toda a remuneração - muito mais que os trabalhadores celetistas - terão a aposentadoria reduzida e sem paridade.

Não se sabe ainda como será a versão final do PL 1992/07, mas sua aprovação marcará um golpe mortal no sistema de solidariedade de gerações e uma nova história passará a ser escrita no Brasil. Caberá aos sindicatos compreenderem essa nova situação, para saberem como garantir os direitos de seus associados e serem fiscais do novo Fundo de Pensão, para evitar que daqui alguns anos, quando começarem a serem pagas as aposentadorias, estas não passem de miragem.

Para finalizar, se coloca outro ponto muito relevante, para o qual os sindicatos terão que dedicar muito cuidado e atenção. A partir de agora, passam a existir dois tipos de associados: os que têm integralidade e paridade (os ativos e aposentados das duas primeiras "gerações") e os que não têm integralidade, os novos aposentados, para os quais não bastará pleitear reajustes em VB ou RT, pois para estes de nada servirá. Será preciso que os sindicatos de servidores públicos passem a lutar, junto com as centrais sindicais, pelo reajuste dos aposentados do INSS, pois é este valor que seus associados das 3^a e 4^a "gerações", mesmo recebendo pelo Tesouro Nacional, terão direito. Na prática, eles não estarão mais na mesma carreira que os ativos e aposentados antigos. □

Mais que formar profissionais, eles instigam a vontade de absorver conhecimento

Professores homenageados pelos formandos têm em comum a capacidade de despertar o desejo dos alunos em receber os conteúdos em sala de aula



Jorge Amilton Höher, da UFCSPA, é admirado por seu trabalho com pacientes e alunos

É muito raro que o professor Edson Souza, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), não seja convidado para participar como paraninfo ou professor homenageado em época de formaturas. Praticamente todos os anos ele sobe ao palco destinado aos formandos para receber o carinho e reconhecimento dos alunos. "Ingressei na Universidade em 1995 e dois anos depois já recebi o primeiro convite", conta Souza. Desde 1997, ele foi convidado a cumprir o papel de paraninfo ou de professor homenageado por diversas vezes. "Quando me abordaram pela primeira vez, fiquei surpreso, e isso me instigou a entender o porquê dessa escolha", recorda o docente, afirmindo que o motivo nunca fica muito claro por parte dos alunos. Souza diz que, no ato da escalação, que é quase uma festa, os formandos apresentam alguns motivos que justificam a preferência pelo professor escolhido, mas nem sempre são argumentos que se repetem. "Por isso, o convite para ser paraninfo ou homenageado sempre me serve para fazer uma reflexão de meu trabalho. O reconhecimento que mais importa é esse, o que vem dos alunos", avalia. Em relação aos pares - os próprios professores - esse reconhecimento também acontece, mas nem sempre é da mesma

forma, admite o professor.

Mas é a continuidade do trabalho em sala de aula, filosofa Souza, que traz um retorno referente ao papel do professor na universidade, que é um lugar importante de transmissão do conhecimento, mas que também deve ser um local de constante inovação e criação. "Acho que todo professor deveria escutar os alunos e assim poder contribuir em dar um valor à futura profissão deles, independente do nível que estejam, seja no início ou no final do curso", afirma.

Souza acredita que, para os estudantes que assistem uma aula, o mais importante é a transmissão do saber por parte de quem ministra, porém despertar neles o desejo de absorver o conhe-



Professor Edson Souza, da Ufrgs, é lembrado pelos formandos praticamente todos os anos

cimento - que muitas vezes fica adormecido e passivo enquanto os mesmos recebem os conteúdos - é o mais difícil e muitas vezes é o que representa a diferença. "É fundamental que os alunos busquem seus próprios saberes e corram atrás de seus interesses." Desta forma, o tipo de relação que se estabelece, de maior ou menor abertura, cria um clima favorável para transmissão do conhecimento, que passa a ser contemplado pelo desejo dos alunos em receber a informação.

De acordo com o professor Souza, aulas expositivas e atividades fora do espaço físico da universidade fazem parte do seu estilo de trabalhar. "O saber não está no professor, não está na ciência e sim no encontro. A produção de conhecimento está na interação, no embate", ressalta. "Na minha opinião, que sou confrontado sempre com novos conhecimentos, a faísca que sai deste encontro tem movimento de idas e vindas", revela Souza, afirmando que o trabalho na academia "é muito bonito" também porque há uma troca afetiva. "Ficamos sabendo de muitas histórias de vida, às vezes até de um aluno anônimo. E essa relação independe do curso, ela se estabelece em qualquer curso." O professor ressalta ainda que a forma como o convite para homenagem durante a formatura é feito sempre deixa marcas. "Principalmente quando conseguimos ultrapassar esses rituais e perceber que esse reconhecimento é um espaço afetivo, onde se compartilha a vida, e não só o reconhecimento."

Início de um novo sonho

A professora Lizandra Brasil Estabel, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IF-RS), é outro exemplo de docente na lista de lembrados frequentemente para participar como homenageados nas formaturas da Instituição. "A formatura é a conclusão de uma etapa, um sonho realizado e o início de uma nova trajetória", diz Lizandra, frisando que este é "o momento do aluno" e que quando um professor é convidado para compartilhar deste momento, "algo se transforma". "É uma emoção grande. Assim, buscamos na memória o momento da nossa escolha profissional, do desejo de ser professor, de toda uma trajetória construída no dia a dia da sala de aula, da luta pela valorização da profissão, da capacidade de aprendermos juntos e de compartilhar, e do respeito às individualidades e às diferenças", avalia.

Atuando no IF-RS desde 2008, quando a Instituição ainda era Escola Técnica da Ufrgs, Lizandra foi inicialmente professora substituta. Desde 2010, ela coordena e ministra aulas no Curso Técnico em Biblioteconomia do IF-RS - campus Porto Alegre. Além disso, ela também é coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne) da instituição de ensino. "O relacionamento (com os alunos) é de troca, de com-

partilhamento, de construção conjunta e de muito respeito", destaca a professora. De acordo com Lizandra, esta trajetória aproxima docentes e estudantes, promovendo o engajamento na luta pela profissão. "E a maioria dos alunos se torna comprometida, conclui o curso técnico e dá continuidade aos estudos cursando a graduação em Biblioteconomia na Ufrgs."



Lizandra Estabel, do IF-RS: "Relacionamento com alunos é de troca e construção conjunta"

Amigo e mestre

Recém formada em Medicina, Eluana Martins da Silva comemorou a conclusão de sua graduação em dezembro de 2011, quando mais uma vez um dos docentes do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), o professor Jorge Amilton Höher, participou do evento como homenageado. A ex-aluna de Höher conta que o "professor Jorge foi um grande mestre e amigo da turma". "Ele transmite confiança e respeito, além de demonstrar plena disposição aos alunos e seus questionamentos. Sentimos que podemos contar com ele, tanto nos momentos de alegria, quanto nos momentos de dúvidas", revela Eluana. A nova médica destaca que a turma com quem cursou Medicina na UFCSPA enxerga no professor Höher um médico apaixonado pelo que faz. "Isto se percebe não só observando seu contato com os pacientes, como também com os alunos durante suas aulas, que sempre são agradáveis. Além disso, seu humor é contagiente."

"Acho muito importante desenvolver o espírito crítico dos alunos, afinal não é porque sou experiente e mais velho e estou dizendo algo, que o aluno tem que aceitar tudo como uma verdade absoluta, ele pode questionar", diz o professor Jorge Höher. Para ele, este contraponto e este potencial de conhecimento devem ser os objetivos da Universidade. Ele pontua também que a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde trabalha atrelado à UFCSPA, é um "hospital de ensino".

Antes de ser professor universitário, Höher já atuava como preceptor da Santa Casa ensinando os novos contratados, desde quando chegou à Capital para fazer residência em Clínica Médica na unidade de terapia intensiva (UTI), em 1985. "Por ser um hospital voltado à transmissão do conhecimento, todos os médicos ou especialistas da Santa Casa têm a função de ensinar também", explica o docente, contando que foi assim que iniciou sua carreira acadêmica, mas que atua formalmente como professor desde 2005. ☰

Usina do Trabalho do Ator completa duas décadas em maio

Formado por docentes da Ufrrgs, grupo se revigora buscando novas técnicas e formas de ensinar e fazer teatro

por Michelle Rolante

O grupo teatral Usina do Trabalho do Ator (Uta) vai completar 20 anos em maio deste ano. Uma característica marcante da equipe é que a maioria dos integrantes é egressa do Departamento de Artes Dramáticas (Dad), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrrgs). É o caso dos professores Celina Alcântara e Gilberto Icle, que participam do grupo desde que foi implementado, em 1992, e também ministram aulas na Universidade - ela no próprio Departamento de Artes Dramáticas, e ele na Faculdade de Educação (Faced). "Antes de nos tornarmos docentes, eu e Gilberto estudamos e nos formamos no Dad", revela Celina.

Atualmente, o Uta faz parte do Grupo de Estudos em Educação, Teatro e Performance (Getepe), por ser um trabalho de pesquisa e extensão da Ufrrgs, mas a ideia original, proposta a partir de um projeto do então diretor da Oficina Teatral Carlos Carvalho, Maurício Gusinski, era criar um núcleo de pesquisa da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. A trupe inicial era de 12 integrantes, que começaram os trabalhos utilizando uma sala localizada na Usina do Gasômetro, cedida pela Prefeitura, para ensaiar e fazer pesquisas. "Recebíamos uma bolsa de estudos, cujo valor era dividido entre o grupo, o que representava pouco para cada um", conta a professora do



Dad, afirmando que, na época, todos os integrantes do Uta já tinham alguma relação com o teatro.

Com o passar do tempo, seis pesquisadores se desvincularam do projeto, por não ter como cumprir a carga de seis horas diárias. E, após um ano de incentivo, o órgão municipal desistiu de dar continuidade ao núcleo de pesquisa. "Eles entenderam que não era de interesse da Prefeitura apoiar um único grupo, mas sim vários", lembra Celina.

Mesmo com o cancelamento do auxílio financeiro destinado pela Prefeitura, os integrantes do Uta decidiram continuar de forma autônoma. "Dois anos depois, nós já não trabalhávamos mais na Usina do Gasômetro. Fomos para um espaço da Companhia de Arte, na subida da Rua dos Andradas, no Centro, onde estamos até hoje", destaca a professora e atriz. Segundo Gilberto Icle, o grupo funciona como uma espécie de "laboratório", produzindo espetáculos e oficinas, que servem de objeto de pesquisa. "Nossa profissão como artistas da cena é integrada ao nosso trabalho acadêmico", afirma Icle.

O professor, ator e diretor de teatro conta que desde o princípio, o grupo pretendia desenvolver essa ideia de teatro-laboratório, no sentido de se debruçar sobre o

trabalho do ator, sobre a encenação e a relação com o público. "Por isso, todos os espetáculos desenvolvidos pelo Uta têm esse caráter de pesquisa: para descobrir novas possibilidades", explica. Apesar de ser um grupo de teatro que produz espetáculos que entram em cartaz, o Uta também tem como objetivo trabalhar a formação tanto dos seus componentes, quanto dos alunos. Celina pontua também que outra característica que sempre marcou o trabalho do grupo foi o fato de "dividir o que está sendo construído." "Desde o inicio, nosso trabalho sempre teve relação com a área pedagógica. No primeiro ano de projeto, por exemplo, passamos o tempo todo só pesquisando, e a primeira coisa que fizemos no final desse período foi organizar uma oficina para compartilhar as nossas descobertas", destaca Celina.

Outra característica que acabou permeando o trabalho do grupo é de que todos os participantes do núcleo de atores são também professores. Assim como Celina Alcântara, Gisela Habeyche e Ciça Reckziegel são professoras do Dad. Gilberto Icle é professor da área de teatro da Faced. Os integrantes mais novos do grupo, Dedy Ricardo e Thiago Pirajira, são professores de Ensino Fundamental. "Essa relação com o pedagógico acabou se estendendo



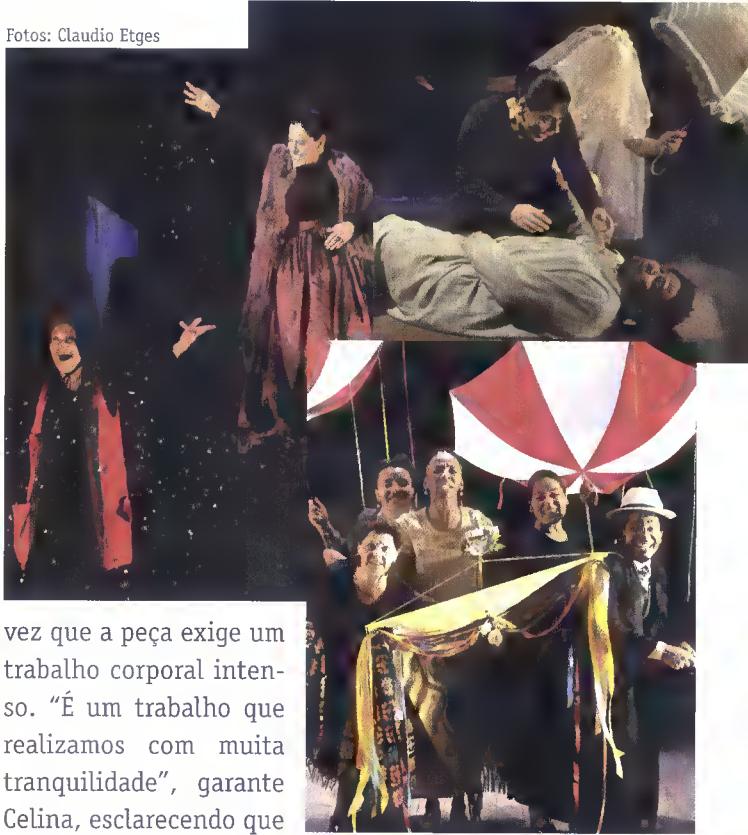
para outra prática, que é a de dar aulas de teatro. Todos nós sempre trabalhamos lecionando teatro", afirma Celina, que diz que os membros do grupo se consideram artistas-professores, devido ao modo como edificaram suas carreiras. "Aquilo que construímos como possibilidade para nós mesmos fazendo teatro é o que nos alimenta na nossa relação pedagógica e na relação com os alunos em sala de aula", opina. O grupo conta ainda com uma produtora, Anna Fuão, e uma assistente de direção e iluminadora, Shirley Rosário.

O nome Usina do Trabalho do Ator é uma referência ao primeiro espaço ocupado pelo trabalho – a Usina do Gasômetro -, mas, também, ao significado das palavras Usina (lugar onde se produz energia), Trabalho (ação continua e progressiva de uma força natural, e o resultado desta ação), e Ator (agente da ação), bem como a relação com o trabalho desenvolvido pelo grupo.



Celina Alcântara

Fotos: Claudio Etges



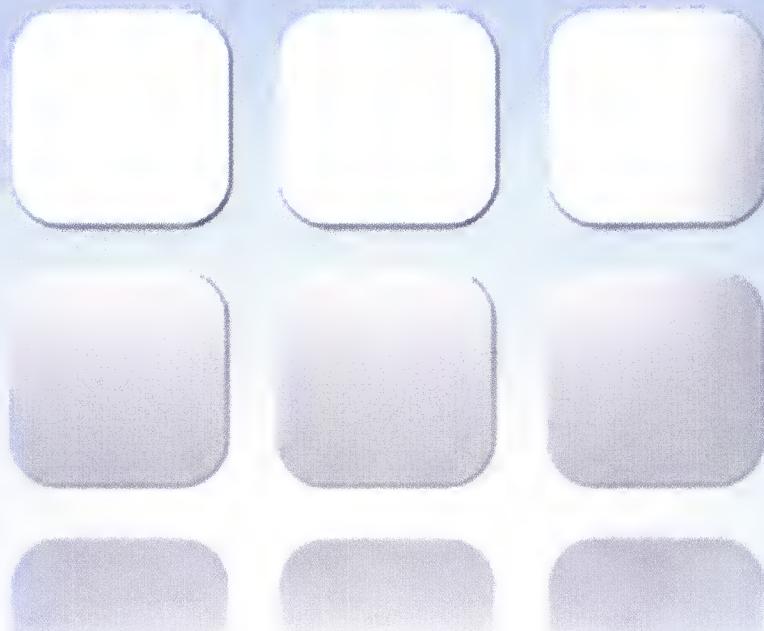
vez que a peça exige um trabalho corporal intenso. "É um trabalho que realizamos com muita tranquilidade", garante Celina, esclarecendo que

a peça tem duas versões: uma para o palco e outra para ser encenada na rua.

A cada espetáculo que monta, o Uta busca entrar em cartaz na cidade durante uma temporada e depois se inscreve em festivais para rodar pelo Brasil. E a Usina do Trabalho do Ator já rodou o País inteiro com A Mulher que Comeu o Mundo, percorrendo vários estados e participando de diversos festivais. O espetáculo é bastante premiado, inclusive com o Prêmio Myriam Muniz, e atualmente tem financiamento do Fumproarte e patrocínio da Petrobrás. O grupo ainda recebeu dois prêmios do projeto Caixa Cultural, que possibilitaram a realização de uma temporada, em março de 2010, no Teatro Nelson Rodrigues, no Rio de Janeiro. A peça também circulou pelo interior de São Paulo, em junho de 2011, sendo encenada em 14 cidades dentro do Circuito de Artes do Sesc São Paulo.

A Mulher que Comeu o Mundo não utiliza cenário, a única bagagem do grupo são os figurinos, o que torna o deslocamento mais fácil. "Depois de ficarmos durante todo este tempo em cartaz com o espetáculo, estamos apostando em uma nova experiência teatral, uma nova peça, mas acredito que iremos focar em apresentações pelo Interior do Estado", destaca Celina.

Outro trabalho do grupo em cartaz é o espetáculo Cinco Tempos para a Morte. Esse é o primeiro que projeto para encenação em palco italiano - a tradicional caixa preta de frente para a plateia. Também é o primeiro espetáculo que inclui cenário dentro das produções realizadas pelo Uta. "Estreamos esta montagem em 2010. O trabalho no palco italiano, apesar de ser clássico no teatro, proporcionou uma experiência nova para os integrantes do Uta, pois sempre trabalhamos com outros formatos", admite Celina. ☭



Desde o dia 1º de janeiro de 2012, os professores das instituições federais de ensino superior (ifes) têm uma Federação para representá-los.

O Proifes-Fórum transformou-se em **PROIFES-FEDERAÇÃO**, e já conta com o apoio e adesão de 8 filiados em todo o Brasil.

A atuação da nova entidade inicia com os seguintes associados:

ADUFMS-Sindical, Adufg-Sindicato, Adufscar-Sindicato,
ADUFC-Sindicato, Adurn-Sindicato, Apub-Sindicato, Sindiedutec, APUBH
e Adufrgs-Sindical.

Parabéns a todos os envolvidos nesta conquista, que representa o fortalecimento da categoria e o avanço em busca de mais vitórias sindicais!



